

# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV  
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 30 | Nº 08 | AGOSTO 2010 | R\$ 15,00

**CÓDIGO FLORESTAL**  
Conheça as novas  
mudanças

**ETANOL**  
Produção por área  
dobra até 2020



AGROANALYSIS  
**30 ANOS**



Especial agronegócio

**PROPOSTAS PARA O  
PRÓXIMO GOVERNO**

O agronegócio é o seguinte

## O agronegócio e o próximo presidente

EM ANO de eleição presidencial, de parlamentares para o Congresso Nacional e de governadores de Estado, nada mais natural que o processo positivo e fértil de diagnóstico e proposição de planos para o desenvolvimento do País. Nesse sentido, a **Agroanalysis** tem o privilégio de apresentar um material mais sucinto sobre a proposta do agronegócio aos presidentiáveis.

Construído a partir de recomendações de importantes entidades do setor, esse documento foi apresentado na reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para ser discutido no 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, que terá como tema Cenário 2011: Comunicação e Governança. A proposta possui seis pilares básicos:

- 1º Garantia de renda para o agricultor;
- 2º Infraestrutura e logística;
- 3º Comércio exterior;
- 4º Pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- 5º Defesa agropecuária;
- 6º Institucionalidade do poder público.

As projeções sobre a demanda de alimentos e carnes feitas por renomadas instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontam no sentido de expressivo crescimento nas próximas décadas. Com potencial para ser um dos grandes protagonistas do agronegócio mundial, o Brasil tem uma extensa lição de casa para ser cumprida, com amplas reformas em seus marcos regulatórios, que sirvam para implantar um modelo de baixo carbono em sua agricultura.

Outro tema relevante do momento diz respeito às mudanças no Código Florestal (Lei 4.771/65). Apesar de requerer alterações urgentes, a legislação é complexa e exige estudo de profundidade. É praticamente impossível encontrar uma solução que venha satisfazer plenamente aos agricultores e aos ambientalistas. Em ambiente muito caloroso, cercado de nervosismo, a Comissão Especial aprovou uma nova versão. A matéria será encaminhada ao plenário da Câmara dos Deputados e ao Senado, provavelmente para votação após as eleições de outubro próximo.

Entre os países da OCDE, recente estudo liberado pela organização mostra o recrudescimento dos subsídios nas agriculturas de seus países. O aumento foi pequeno,

de 1%, mas significa uma quebra de tendência de queda, que vigorou entre 2004 e 2008. As políticas subvencionadas estão voltadas para práticas específicas de produção, tais como a preservação do meio ambiente, conservação dos recursos naturais e o bem-estar animal. Essas medidas fazem parte da estratégia de crescimento verde, que passa a ter influência global, como potencial para o setor agrícola proporcionar segurança alimentar e nutricional à população.

Nos biocombustíveis, a sua adoção e a elevação no comércio mundial suscitam diversas dúvidas sobre a sustentabilidade socioambiental da sua cadeia produtiva. A certificação aparece como ferramenta importante para garantir o cumprimento de padrões na produção. Em alguns mercados, passou a ser na verdade o passe de entrada, como no caso das madeiras, com os selos do Forest Stewardship Council (FSC) e do Programme of the Endorsement of Forest Certification (PEFC). No Brasil, na cana-de-açúcar, algumas certificadoras já se fazem presentes, como a OIA-Brasil, a Imaflo e a SGS-Brasil. Nessa caminhada, o Reino Unido deu um passo a frente no esforço de compatibilizar as certificações privadas com a regulação privada, com a aplicação de uma legislação específica chamada de Renewable Transport Fuel Obligation (RTFO).

Para finalizar, a agenda da soja no Brasil, carro-chefe da produção nacional de grãos. Com iniciativas em várias frentes, a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) busca fortalecer o desenvolvimento da cultura no País. Acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com o movimento Pró-logística faz parte das ações para manter a tecnologia de ponta e reduzir o custo de exportação. Ambas são vitais para a competitividade nacional.

Recentemente, a Aprosoja, junto com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), e o Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares), lançou um sistema de gestão socioambiental para a soja. Batizado de Programa de Gestão Ambiental e Social da Soja Brasileira (Soja Plus), o sistema adota uma metodologia já experimentada internacionalmente, que consiste basicamente na análise de critérios socioambientais que devem ser seguidos pela propriedade. A ideia é preparar o sistema produtivo da soja para a certificação da cultura. ■



# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

*Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.*

**Conselho editorial:** Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

**Editor chefe:** Antônio Carlos Kfourir Aidar

**Editor executivo:** Luiz Antonio Pinazza

**Colaboradores:** Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

**Fundadores:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

## Redação

**Redator:** Bruno Blecher

**Arte:** André C. Michelin e Renata Owa

**Revisão:** Raphael Messias

**Fotos:** Getty Images (págs. 04)

**Secretaria e administração:** Debora Durazzo

**Produção editorial – coordenador:** Evandro Jacóia Faulin

**Publicidade:** Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 4243-9702, e-mail: jcotrim@terra.com.br. Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

**Circulação/assinaturas:** Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

**Outros estados:** 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220, Fax:

(11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

**Ponto de venda:** São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3799-3220,

Fax: (11) 3262-3569

[www.fgv.br/agroanalysis](http://www.fgv.br/agroanalysis)



FUNDAÇÃO  
GETÚLIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

**Sede:** Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes

**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

## Conselho Diretor

**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal

**Vice-presidentes:** Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio F. Quintella

**Vogais:** Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Márcilio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

**Suplentes:** Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost

## Conselho Curador

**Presidente:** Carlos Alberto Lenz César Protásio

**Vice-presidente:** João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

**Vogais:** Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang e Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

**Suplentes:** Aldo Floris, Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédito Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roger Agnelli (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.) e Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

**Diretor da FGV-EESP:** Yoshiaki Nakano

**Diretor Executivo da FGV Projetos:** Cesar Cunha Campos

**Diretor da FGV-IBRE:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

**Diretor da FGV-SP:** Prof. Francisco S. Mazzucca

**Diretor da FGV-EAESP:** Maria Tereza Leme Fleury

# AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

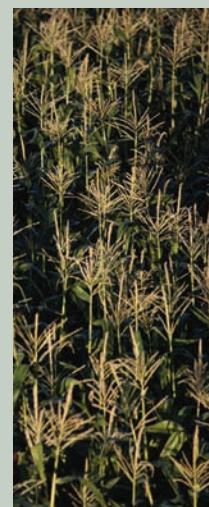
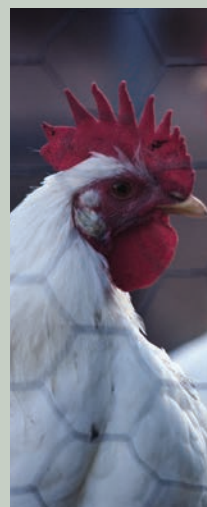
**ACESSE O SITE**  
**[www.fgv.br/agroanalysis](http://www.fgv.br/agroanalysis)**

**ou ligue**

**0800 770 88 81**

**e assine**

**a publicação que  
melhor acompanha  
o agronegócio**



## Abre Aspas

---

6 Carlo Lovatelli

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

12 Frases e Comentários

## Mercado & Negócios

---

13 Indústria de laticínios

## Agroenergia

---

16 Setor sucroalcooleiro

## Política Agrícola

---

18 Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

## Sustentabilidade

---

19 Certificação Socioambiental para Biocombustíveis

20 Sojicultura

## Especial Aprosoja

---

21 Produtores buscam gestão, logística e sustentabilidade

## Especial Andef

---

34 Defesa Vegetal

## Especial Agronegócio

---

38 Propostas do agronegócio para os presidenciais

## Legislação

---

48 Reforma do Código Florestal

49 Diário de bordo

49 Produzir

50 Opinião

## Código Florestal



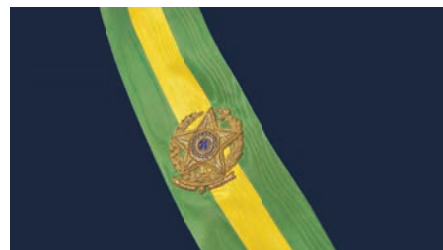
48 Conheça as novas mudanças

## Etanol



16 Produção por área dobra até 2020

## Especial agronegócio



38 Propostas para o próximo presidente

## Especial Aprosoja



21 Produtores buscam gestão, logística e sustentabilidade

Carlo Lovatelli,  
Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness

## Comunicação e governança na agenda do agronegócio

Por Bruno Blecher

ÀS VÉSPERAS do 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, que acontece no dia 9 de agosto próximo em São Paulo, Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, está animado.

“Tenho esperança que desta vez a gente conte com um comprometimento maior dos candidatos à Presidência da República”, diz ele a respeito do documento enviado a Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva com as principais demandas do agronegócio.

No painel sobre Governança, os três principais candidatos vão responder a seis questões formuladas pelo setor, e suas respostas serão avaliadas por especialistas e lideranças rurais.

Mas a agenda do Congresso também traz um tema do qual o setor sempre procurou fugir: comunicação. “Temos de investir na imagem do agronegócio, aqui e lá fora”, alerta o presidente da Abag. “Não somos proativos, ficamos quietinhos.”

Durante o evento, será apresentada a proposta de uma campanha de comunicação que pretende seduzir o público urbano sobre as qualidades do agronegócio brasileiro.

**AGROANALYSIS** Código florestal, devastação da Amazônia, poluição dos rios. Tudo isso contribui, corretamente ou injustamente, para manchar a imagem do agronegócio



“Todo o saldo da balança comercial é praticamente do agronegócio, e a gente não tem uma compensação, um tratamento compatível”

cio brasileiro. Por outro lado, o setor já é reconhecido por sua excelência e competitividade, inclusive na área ambiental, caso, por exemplo, dos combustíveis renováveis. Por que um país que até pouco tempo era predominantemente rural tem preconceito em relação ao rural? Por que o agronegócio aparece tão pouco na mídia?

**CARLO LOVATELLI** Isso é um mal histórico. O próprio governo nunca cuidou de promover a *performance* agrícola brasileira no mercado mundial. De um lado, você tem o agronegócio que paga um naco na conta brasileira. Todo o saldo da balança é praticamente do agronegócio; e de outro, a gente não tem uma compensação, um tratamento compatível com a nossa importância. Sempre se deu importância maior à industrialização do País. A Fiesp é grande, e a Abag é pequena. A Fiesp conseguiu juntar a indústria e consegue falar em nome dela. As entidades do agronegócio não falam em nome do setor como um todo. Cada cadeia tem o seu *lobby*, a sua estrutura. Quando o agronegócio quer falar, vêm 30 cadeias juntas, e cada uma olha para o próprio umbigo; não existe uma consolidação. Nós estamos tentando isso agora, inclusive neste Congresso. Convocamos todas essas cadeias para falar sobre as tendências do agronegócio brasileiro para os candidatos à Presidência e conse-



guimos um bom *recall*, acima da expectativa que nós tínhamos.

**AGROANALYSIS** A visão da sociedade civil sobre o agronegócio mudou de um tempo para cá. A mídia começou a destacar a excelência e o sucesso econômico do setor. É um negócio que está dando certo, mas ao mesmo tempo a agricultura vive levando pancada, principalmente em cima da questão ambiental.

**LOVATELLI** A mídia descobriu o agronegócio há seis ou sete anos. Antes, não se falava em agronegócio, e agora os grandes jornais têm pelo menos uma página diária dedicada ao setor. Algumas emissoras de TV são especializadas em agropecuária e falam do setor 24 horas por dia. Mas levamos pancada, porque nós não estamos fazendo a nossa lição de casa. E todo mundo que poderia ajudar a melhorar esta imagem não contribui. O próprio governo não ajuda. Lá fora, a nossa imagem é muito pior, até por várias diferenças. Nós estamos incomodando, tomando mercado de outros países, somos uma potência agrícola. A lição de casa é investir na imagem do agronegócio. Nós temos detratores, e ninguém fala bem de nós. A própria sociedade civil questiona o comportamento do agronegócio, a própria mídia.

**AGROANALYSIS** É um negócio para botar a boca no trombone.

**LOVATELLI** O problema é que nós somos sempre reativos, nunca recebemos o mesmo espaço na resposta. E respondemos mal, porque não estamos habituados a falar. Não somos proativos. A indústria do agronegócio só se pronuncia quando é atacada diretamente, senão fica quietinha.

**AGROANALYSIS** Não está na hora de mudar o discurso?

**LOVATELLI** O próprio ex-ministro Roberto Rodrigues vem insistindo para a gente investir e dar um espaço no nosso Congresso para o assunto da comunicação. Ele foi o maior incentivador disso, e o resultado está aí. Vamos ter um painel para a comu-

nicação no Congresso agora em agosto. Existe inclusive todo o projeto de comunicação do agronegócio, que está sendo elaborado e do qual eu faço parte. Estamos tentando montar todo um trabalho de alavancagem de massa, e já estão começando a estruturar o *funding* deste negócio, que não vai ser pouco. Tudo isso é para suprir esse buraco de que o agronegócio não fala de si, nem por si, só responde quando está contra a parede, e aí já é tarde.

“Respondemos mal, porque não estamos habituados a falar. Não somos proativos”

**AGROANALYSIS** Como está a imagem do setor lá fora?

**LOVATELLI** Estivemos em 2008 na Europa. Os assuntos eram soja e etanol, e visitamos vários países, inclusive o Parlamento Europeu, onde participamos de uma coletiva. O nível de perguntas e demandas, de informações que eles tinham beirava o absurdo. E nós ficamos quietinhos. Alguém tem de colocar essa locomotiva de volta nos trilhos. Isso não quer dizer que nós somos anjinhos, mas 80% do que se fala lá fora está errado. Se alguém fala uma bobagem cinco vezes, e ninguém contradiz, isso vira verdade. É isso que acontece lá fora: eu tive de fazer projeções de mapa, mostrando o clima amazônico. Eles falavam que a cana está acabando com a Floresta Amazônica, e eu mostrei a distância onde estava o último pé de cana da linha do bioma amazônico. Dá para ir de Paris a Moscou.

**AGROANALYSIS** Ações como a Moratória da Soja, que reúne indústrias, produtores e ambientalistas, não contribui de certa forma para mudar essa imagem?

**LOVATELLI** Muito. Isso foi um grande marco, e eu não esperava o sucesso que ela teve e a repercussão. Aí você vê como o terreno é fértil, quando se faz algo benfeito, a sociedade absorve e multiplica. O fato de ter unido o Greenpeace, WWF e outras grandes ONGs para fazer um projeto foi realmente inovador. O empresariado no Brasil não tinha hábito de dialogar com sociedades. Ele só entrava em contato quando a vaca ia para o brejo e assim não ganhava uma. As Ongs não têm a responsabilidade da verdade. Quando nós chamamos as Ongs para se sentarem à mesa e montarem um projeto de governança, a coisa andou. Eles estão com a gente até hoje, e assim acabou o problema da soja na Amazônia. As ONGs são gente que pensa como a gente, talvez não totalmente, mas 80% da agenda é comum. O que falta, depois é analisado caso a caso, e foi assim que aconteceu.

**AGROANALYSIS** Há algumas experiências semelhantes?

**LOVATELLI** Madeira, cana e carne bovina estão montando projetos. Nós tivemos em julho a celebração do terceiro ano da moratória. O evento contou com a ministra Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, que fez um discurso que nenhum de nós teria feito melhor, impecável. Nós fizemos uma exposição, via internet, e havia 80 pessoas do outro lado, principalmente da Europa, holandeses em sua maioria, que são os grandes compradores de soja. O Paulo Haddad, diretor da Campanha da Amazônia, do Greenpeace, mostrou-nos um ofício de uma entidade de compradores de soja na Europa parabenizando o programa. Dizia que este é o caminho certo, um exemplo para o mundo, rasgava elogios. O ofício foi assinado por todas as grandes redes de consumo da Europa. Aí, a gente lembra dos protestos nas lojas do McDonald's por causa dos frangos alimentados com soja da floresta. Toda aquela campanha

culminou na moratória. As ONGs se juntaram a nós, e isto virou uma parceria extremamente bonita.

#### **AGROANALYSIS O público conhece a Moratória da Soja?**

**LOVATELLI** O grande público ainda não, mas nós estamos chegando lá, porque as grandes redes de *fast-food*, que são grandes consumidoras de soja, hoje confiam nesse trabalho.

#### **AGROANALYSIS A sustentabilidade está sendo levada a sério?**

**LOVATELLI** O mercado mudou, nós estamos mudando e estamos acreditando nisso. Há novos valores que devem ser colocados na equação, e se a gente não incorporá-los, corre o risco de ficar à margem do mercado. O consumidor hoje está *on-line* e está sabendo de tudo. Há dez anos, não se via a dona de casa comparando preço de produto ou tentando ler código de barra. Os consumidores estão muito mais atentos: se os produtos fazem ou não bem para a saúde, de onde provêm, como são produzidos. E o meio ambiente hoje é matéria-prima inequívoca de percepção do consumidor.

#### **AGROANALYSIS Voltando à questão da imagem do setor. Vamos pegar o exemplo do Código Florestal. O agronegócio tinha ao seu lado o relator da Comissão, que inclusive é um deputado de esquerda, além dos cientistas da Embrapa, e mesmo assim levou porrada da imprensa e das ONGs.**

**LOVATELLI** Porque eles são articulados, eles sabem se movimentar. O empresariado tem outra agenda. Mas desta vez, nós nos articulamos, conseguimos levar gente para Brasília e, de repente, o plenário da Comissão estava dividido, meio a meio. Foram distribuídas senhas, 35 para cada lado. O resto teve de assistir pelo telão. E a repercussão na imprensa não foi ruim para o agronegócio.

#### **AGROANALYSIS O setor está pensando em lançar uma grande campanha de comunicação?**

**LOVATELLI** Convidamos quatro agências especializadas em prospecção de imagens de negócios. Fizemos uma concorrência para analisar as propostas. Ganhou uma agência que fez uma campanha bem emocional. A campanha é para seduzir o povo das grandes metrópoles sobre o que é o agronegócio no Brasil, o que o setor está fazendo pelo País, o que ele produz. É bem em cima da proposta do Roberto Rodrigues de fazer uma coisa bem clara para sensibilizar os cidadãos urbanos, que são os grandes consumidores do agronegócio brasileiro. Há criança que não sabe que o ovo sai da galinha, pensa que sai da

“Não quer dizer que nós somos anjinhos, mas 80% do que se fala lá fora está errado”

caixinha de papelão. Então, temos esse movimento em curso, com muita gente agregada, umas 20 cadeias, e estamos na fase de estruturação de valores, porque é uma campanha caríssima, e desenhamos um projeto voltado para os mercados interno e externo. O painel de comunicação durante o Congresso faz parte dessa preocupação. É a primeira vez que eu vou falar sobre isso. O Roberto Rodrigues está entusiasmado com a missão. Ele vai falar dessa campanha, pois é um dos coordenadores, e nós estamos esperando que ele coloque isso de uma forma bem abrangente. Ele vai analisar o problema da comunicação do agronegócio do Brasil lá fora.

#### **AGROANALYSIS Outro grande tema do Congresso é a governança. Os candida-**

**tos receberam a proposta do setor e vão responder, por vídeo, a seis perguntas. Qual é a sua expectativa em relação ao comprometimento dos candidatos com as demandas do setor rural?**

**LOVATELLI** Estou com esperança que dessa vez a gente tenha um comprometimento maior dos candidatos. É uma agenda que agora eles não podem se furtar a aceitar. Clima, o problema do aquecimento, é um assunto que está na mídia todos os dias. Meio ambiente e o aquecimento global impõem respostas, e os três candidatos estavam em Copenhague. Espero que eles tenham aprimorado seus conhecimentos com relação ao tema, pois lá foi meio frustrante. Mas eles vão ter de enfrentar isso, pois faz parte da agenda.

#### **AGROANALYSIS Há uma proposta polêmica no documento entregue aos candidatos à Presidência: passar a reforma agrária para o Ministério da Justiça.**

**LOVATELLI** Essa sempre foi uma ideia do Roberto Rodrigues. O Ministério de Desenvolvimento Agrário desapareceria. Ficaria só o Ministério da Agricultura. O ponto de vista do Roberto é perfeitamente lógico. É uma questão de soberania. Decidir para quem se vai dar terra ou não é uma questão do Presidente da República. Se ficar num terreno especulativo, isso não acaba nunca. Agora, não tem cabimento ministério de pequeno produtor, de produtor grande, de pesca, de madeira. Floresta está no Meio Ambiente! Isso tem de acabar. O pequeno vai ser grande amanhã. Há uma série de formulações possíveis, como cooperativas, associações e condomínios. Por que as cooperativas do Paraná e do Rio Grande do Sul deram certo? Hoje, há cinco, seis, sete ministérios, não são só dois. Porque você ainda tem Fazenda, Planejamento, Relações Exteriores. Não há um ministério que ingere no agronegócio brasileiro em termos de portfólio de exportações mais do que o de Relações Exteriores. E eles não defendem o agronegócio lá fora. Levamos dez anos para Relações Exteriores aceitarem os adidos agrícolas. Eles não queriam deixar ninguém de outra pasta morar na casa deles. ■

## Macroeconomia

# Perspectivas de inflação e crescimento

Rogério Mori\*

UMA DAS grandes questões do momento remonta à trajetória do crescimento econômico brasileiro e sua compatibilidade a um quadro de inflação baixa e estável no longo prazo. A discussão em torno desse tema aponta diretamente para um diagnóstico sobre o cenário econômico brasileiro, particularmente inflação e crescimento, e suas perspectivas futuras.

No que se refere à inflação brasileira, está cada vez mais claro que a pressão de preços verificada no começo do ano foi decorrência direta de fenômenos pontuais, sem caráter recorrente. Nesse sentido, grande parte da inflação foi ocasionada pelas pressões de preços de alimentos por conta das chuvas do início do ano, o que acabou afetando a oferta desses produtos. A alta dos preços dos transportes no início do ano também levou a uma maior pressão de preços e a uma inflação mais alta no começo do ano. Em síntese, pode-se dizer que a inflação mais elevada nos primeiros meses do ano foi uma decorrência direta de choques de oferta adversos, sem representar um quadro de pressão inflacionária de demanda. Sob essa perspectiva, é natural que, passados os efeitos transitórios dos choques adversos de oferta, a inflação deveria se situar em patamar mais baixo.

Aparentemente, isso tem começado a ocorrer, segundo os indicadores de inflação mais recentes. O próprio IPCA tem registrado variações menores mais recentemente ante a eliminação da pressão do grupo

alimentação, e as perspectivas são relativamente mais favoráveis daqui para frente.

Mesmo assim, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) iniciou um processo de aperto da política monetária, com elevações sucessivas da meta da taxa básica de juros – Selic – nas últimas reuniões do Comitê. Adicionalmente, as perspectivas são de que esse processo deverá se manter até o fim do ano, com uma taxa de juros mais alta ao término de 2010.

Sob essa ótica, cabe indagar se existem razões para o BC se preocupar, dado o fato de que as pressões inflacionárias têm se centrado particularmente do lado da oferta nos primeiros meses do ano.

Essas razões, nesse contexto, parecem se centrar, em grande medida, em torno da velocidade do crescimento do produto brasileiro e da sua compatibilidade com a manutenção da inflação em patamar baixo e estável. De fato, a economia brasileira ganhou impulso considerável ao longo do ano passado, uma vez que as ações do governo para enfrentar os efeitos adversos da crise financeira se mostraram bem-sucedidas. Grande parte desse impulso foi derivado da expansão do crédito, particularmente das instituições financeiras públicas. Esse processo estimulou enormemente os setores produtores de bens duráveis, com destaque para veículos automotores, e da construção civil.

Sob essa perspectiva, mesmo a retirada dos incentivos fiscais de diversos setores não provocou uma desaceleração acen-

tuada no ritmo da atividade econômica, e o crescimento do produto brasileiro aumenta a passo acelerado.

É claro que esse ritmo acelerado parece não ser uma grande preocupação no momento, uma vez que o cenário mais pressionado de inflação parece ser mais fruto de um cenário adverso de oferta. No entanto, caso esse compasso de expansão prossiga nos próximos meses, podem surgir pressões inflacionárias do lado da demanda que possam se refletir mais intensamente sobre o quadro de preços.

As indicações são de que o ritmo de expansão deverá prosseguir mais adiante. As vendas de autoveículos permanecem elevadas, o desemprego segue em queda, e a taxa de expansão do produto continua a apontar para um crescimento robusto. Ao mesmo tempo, o ritmo de crescimento do crédito prossegue em passo acelerado, o que indica que as vendas devem prosseguir em alta no segundo semestre do ano.

Em função disso, é razoável supor que uma reação da política monetária seja justificada neste momento, e a reação do Banco Central parece condizente no contexto da estratégia de metas para inflação. Em suma, na ausência de uma elevação mais substancial no ritmo de investimentos produtivos no País, o quadro de crescimento baixo/moderado deverá ser mantido. ■

\* Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP)



Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: [brunoblecher@uol.com.br](mailto:brunoblecher@uol.com.br)

## CONGRESSO DEBATE COMUNICAÇÃO E GOVERNANÇA



Os três principais candidatos à Presidência da República (Dilma Roussef, José Serra e Marina Silva) receberam em julho último as propostas do agronegócio brasileiro. O documento Agronegócio – Desenvolvimento e Sustentabilidade – Plano de Ação 2011/2014/2020 foi fechado em São Paulo durante encontro que reuniu mais de 50 entidades do se-

tor no Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), órgão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Junto com a proposta, os candidatos receberam também seis perguntas que tratam de garantia de renda, logística, defesa agropecuária, comércio exterior, pesquisa e institucionalidade. As respostas serão gravadas pelas equipes dos candidatos para serem apresentadas durante o Congresso Brasileiro de Agribusiness, dia 9 de agosto, em São Paulo.

“Queremos saber se os candidatos conhecem e, principalmente, se estão interessados em resolver as demandas do setor. Ou seja, quem de fato vai nos atender”, explica Roberto Rodrigues, presidente do Cosag.

O Painel dos Presenciáveis será o ponto alto do 9º Congresso, que tem como tema Comunicação e Governança. Os vídeos dos candidatos serão debatidos e avaliados por um grupo de especialistas do setor: Horácio Lafer Piva,

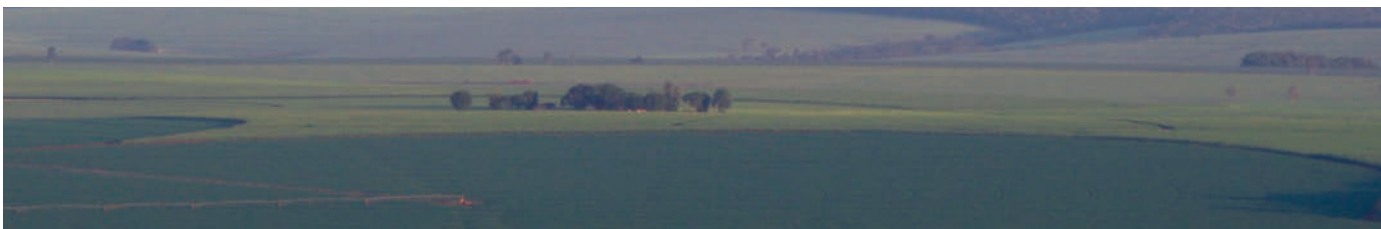
João Paulo Koslovski, Paulo Rabello de Castro, Renato Buranello e Luis Antônio Fayet, sob a coordenação do jornalista Joelmir Beting.

Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness, está otimista quanto ao comprometimento dos candidatos em relação aos problemas do setor rural. “Acho que existe hoje um consenso em relação à necessidade de resolver os grandes entraves do agronegócio”, diz.

O Congresso também apresentará um amplo plano de comunicação para o agronegócio brasileiro, voltado à valorização do setor.

### 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRIBUSINESS

9 de agosto de 2010, das 9h00 às 22h30 – Sheraton São Paulo WTC Hotel - Avenida Nações Unidas, 12.559 - São Paulo – <http://www.abag.com.br/cba>



### OESTE BAIANO

Com a forte procura por terras por parte de grupos estrangeiros, chineses inclusive, os preços de terra no oeste da Bahia, principalmente em Luís Eduardo Magalhães, explodiram. Nesta safra, as lavouras da região bateram todos os recordes. Os preços subiram tanto, que as vendas deram uma parada nos últimos dias.

### SUCESSO NO CERRADO

Não por menos. O cerrado baiano está em plena ascensão. Na safra 2009/10, produziu 5,8 milhões de toneladas de grãos, sucesso que se refletiu nos negócios da Bahia Farm Show, que registrou crescimento de 47,6% em negócios em relação à edição anterior.

### 800 PIVÔS

Se comparada à produção da safra 92/93, a expansão ultrapassa 480%. Além de soja e milho, os resultados do café e do algodão são altamente positivos. Prova disso é que o número de pivôs na região nos últimos 20 anos saltou de 100 para mais de 800.

### AIBA - 20 ANOS

Boa parte desse sucesso se deve ao trabalho da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), que está comemorando 20 anos de atividade. São cerca de 1.300 associados que respondem por mais de 90% da área plantada do oeste da Bahia.

## TRIBUTO PESADO

**148** é o número de dias que os brasileiros vão trabalhar este ano para pagar impostos.

Na década anterior, foram **90**

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

## DIÁLOGO VERDE

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que substituiu Carlos Minc, está fazendo sucesso entre o pessoal do agronegócio. Recebeu muitos elogios recentemente de Carlo Lovatelli, presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), e de Mônica Bergamaschi, diretora da Abag de Ribeirão Preto.

## DEUSA CERES

Os profissionais de Agronomia que tiveram seus trabalhos destacados em 2009 foram premiados dia 28 de junho último, pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (Aeasp). Trata-se da tradicional festa promovida pela Associação, a Noite da Deusa Ceres, que aconteceu na capital de São Paulo.

## OS PREMIADOS

Nesta edição, a entidade elegeu Ivan Wedekin como Engenheiro Agrônomo do Ano. Wedekin é Diretor de Commodities da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F-Bovespa). Também foram escolhidos como destaques em suas respectivas áreas: Bernardo Van Raij, na categoria Pesquisa; Francisco Eduardo Bernal Simões, na categoria Extensão Rural e Assistência Técnica; Henrique Mazotini, na categoria Iniciativa Privada/Autônoma; Valdemar Antonio Demétrio, na categoria Ensino; e Eneas Salati, na recém-criada categoria Ação Ambiental.

## LOBBY DOS BIOCOMBUSTÍVEIS NOS EUA

A aceitação dos biocombustíveis nos EUA vem crescendo nos últimos anos. Recentemente, uma ampla campanha vem sendo veiculada na mídia daquele país, apresentando o etanol como uma solução ecológica, socialmente correta e produzida internamente. Segundo artigo da revista *The Economist*, um lobby chamado Growth Energy gastou mais de US\$ 2,5 milhões somente em anúncios de TV para promover o etanol, mesmo que fabricado de milho, como predominantemente ocorre nos EUA. Pelo argumento da entidade, mesmo sendo menos eficiente que outros biocombustíveis, a indústria do etanol de milho já está estabelecida e pode abrir espaço para o etanol celulósico, sobre o qual são depositadas grandes esperanças nos EUA. A campanha parece ser uma reação à nova legislação de energias renováveis que passou a vigorar em 1º de julho, limitando o uso de etanol de milho a 15 bilhões de galões.

## CAFÉ FRACO

Os preços do café têm sido pouco compensadores para a maioria dos produtores brasileiros. Nos últimos cinco anos, subiram apenas entre 5 e 8%, ficando abaixo da inflação e dos custos de mão de obra e dos insumos.

## QUEM GANHA

“Para a indústria de café, a situação também não é favorável. Os preços nas prateleiras são os mesmos de quatro ou cinco anos atrás. Quem realmente saiu ganhando foi o consumidor, que tem uma bebida muito acessível e barata”, diz Nathan Herszkowicz, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Café (Abic).

## QUALIDADE MÍNIMA

Mesmo com o preço baixo, o Brasil está conseguindo colher um café de boa qualidade. Há um mês, o ministro Wagner Rossi, da Agricultura, assinou uma nova norma técnica para o café torrado e moído. O objetivo é criar um nível mínimo de qualidade para o café do dia a dia do brasileiro.

## DA PADARIA AOS RESTAURANTES

Na avaliação de Herszkowicz, há uma melhoria da qualidade do café oferecido ao consumidor. Além de beber mais café, os brasileiros bebem tipos de cafés diferentes. “O café filtrado, puro ou com leite pingado, com pão e manteiga na chapa na padaria é uma instituição nacional. Mas hoje também é comum o café expresso em padarias, bares, restaurantes e nas máquinas nas empresas.

## HÁ CINCO ANOS



A Agência Safras & Mercado prevê uma produção de 5,4 milhões de toneladas de trigo na safra 2004/2005, 7% a menos do que na temporada anterior

**Agroanalysis, abril de 2005**

SAFRA 2010/2011: Estudo realizado pela Conab mostra que nem mesmo o baixo preço pago pelo cereal desanimou os produtores, que devem colher mais de 5 milhões de toneladas nesta safra, que já foi plantada.

“A proposta da Comissão Especial da Câmara praticamente revoga a legislação brasileira de combate às mudanças climáticas”

**RICARDO YOUNG**,  
presidente do Instituto Ethos

“Nos próximos quatro anos, o Brasil vai participar de grandes investimentos: o pré-sal, a economia verde, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. O agronegócio brasileiro precisa aproveitar esses eventos para promover a sua imagem”

**SÍLVIO CRESTANA**,  
ex-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

“As estatísticas não são muito precisas, mas estima-se a venda de 50 mil reprodutores [bovinos] até o fim do ano”

**PAULO DE CASTRO MARQUES**,  
empresário e pecuarista

“A Europa não tem nem 1% mais de mata e vegetação nativa, e nenhuma ONG defende por lá recomposição ou reserva legal”

**ALDO REBELO**, deputado  
federal PCdoB-SP

“O cenário para a suinocultura brasileira em 2010 e 2011 é auspicioso e marcado pela recomposição das perdas amargadas pelo setor nos últimos anos”

**FERNANDO PEREIRA**, presidente  
do Grupo Agrocere

“O setor sucroalcooleiro, que tinha parado de comprar, voltou a investir, e isso contribui para as vendas de tratores de grande porte e colhedoras de cana”

**MILTON REGO**, diretor da  
CNH Latino-Americana

“É mais barato embarcar um navio em Rosário (Argentina) e mandar para o Nordeste do que embarcar no Paraná ou mandar por outro meio daqui. Cerca de 90% do trigo consumido no Nordeste vêm do Paraguai”

**PEDRO LOYOLA**,  
economista da Faep

“A cada bela impressão que causamos, conquistamos um inimigo. Para ser popular, é indispensável ser medíocre”

**OSCAR WILDE**

“A maior parte da produção da soja no Brasil não está contribuindo para o desmatamento da Amazônia, e isso está certificado com metodologias tecnológicas”

**IZABELLA TEIXEIRA**,  
ministra do  
Meio Ambiente





## Indústria de laticínios

## Brasil no contexto internacional

Glauco Rodrigues Carvalho<sup>1</sup>  
Clesiane de Oliveira<sup>2</sup>

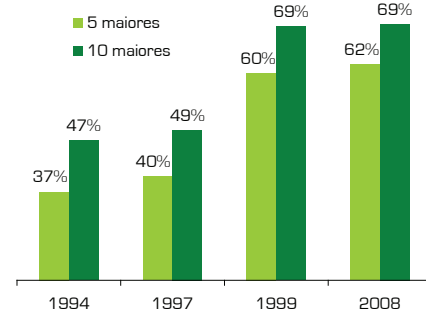
O SETOR lácteo brasileiro tem sofrido grandes transformações, sobretudo na estrutura da indústria. Grandes investimentos foram realizados (últimos quatro anos), e novas empresas entraram neste mercado. O processo de consolidação setorial encontra-se em curso, por meio de aquisição de empresas ou fusões. O setor cooperativista também está se movimentando na busca de economia de escala e no aumento do poder de barganha junto aos setores a montante e a jusante.

De maneira geral, estruturas de mercado mais concentradas e/ou elevadas barreiras à entrada proporcionam maior poder econômico. Nessa linha, verificou-se na última década um acelerado processo de concentração no setor supermercadista brasileiro, seja por meio da aquisição de empresas menores (e incorporação de lojas), seja por meio da abertura de novas lojas. Isso acabou proporcionando elevado poder de mercado das grandes redes e redução nos custos de negociação e de propaganda.

Dentro do universo das empresas com dois ou mais *check-outs* – que pelo critério da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) são consideradas supermercados – a participação das cinco maiores empresas no faturamento das trezentas maiores saltou de 37% em 1994 para 62% em 2008. As dez maiores respondem por 69% do faturamento total.

Esse movimento de concentração e consolidação dos grandes varejistas no mercado nacional tem um impacto direto na cadeia produtiva do leite, à medida que os supermercados se destacam como o principal canal de distribuição de produtos alimentícios. O maior impacto

**Brasil: participação das maiores redes de varejo no faturamento do setor**



Fonte: Abras. Elaboração do autor.

ocorre nos pequenos laticínios, que não possuem escala de produção nem força suficiente para negociar com as grandes redes varejistas. Além disso, a indústria precisa custear também os gastos de promoção, espaços em gôndolas, taxas para inclusão de novos produtos/marcas etc.

Ao analisar comparativamente o grau de concentração entre os elos da cadeia produtiva do leite, verifica-se que o setor de transformação ainda está distante da consolidação observada no comércio varejista. No caso da produção primária, o processo é mais distante ainda. Enquanto as cinco principais redes de varejo faturam 62% do setor, os cinco maiores laticínios captam 33% do leite brasileiro, e os cinco maiores produtores ofertam apenas 0,4% do leite nacional sob inspeção.

A indústria brasileira de laticínios também tem caminhado no sentido da consolidação setorial e criação de grandes grupos empresariais, buscando fortalecer seu poder de negociação, além de ganhar

em escala. Alguns exemplos dessa consolidação são percebidos:

- Na recente fusão entre Sadia e Perdigão, criando a Brasil Foods;
- O grupo GP Investimentos fechou no último mês de março um acordo para formação de um consórcio entre seu laticínio Leitbom e as empresas Glória e Ibituruna, pertencentes à Laep, controladora da Parmalat;
- O laticínio Bom Gosto, que se fundiu com a Líder Alimentos, adquiriu inúmeras outras empresas;
- O Frigorífico Bertin comprou a Vigor e foi incorporado pelo JBS Friboi;
- Encontra-se também em curso a união de cinco grandes cooperativas, representadas pela Itambé, Centroleite, Confepar, Cemil e Minas Leite.

Essa é apenas uma amostra das transformações recentes na estrutura industrial do setor. Mas a questão é: no âmbito mundial da indústria de laticínios, como está o posicionamento do Brasil em termos de concentração?

Segundo levantamento realizado pelo International Farm Comparison Network (IFCN), a Fonterra ocupa o topo da lista dos grandes captadores mundiais de leite, com um volume total de 18,6 milhões de toneladas/ano. Em seguida, destacam-se a Dairy Farmers of America e a Nestlé. O levantamento é um pouco diferente daquele realizado pelo Rabobank, que considera o indicador de venda de lácteos em valores monetários. Neste caso a Nestlé aparece no topo da lista.

Em termos de concentração de mercado, verifica-se que a maior empresa responde por 2,7% da produção mundial de leite e

por 4,6% do leite captado. No caso das sete maiores, essas participações sobem para 12% e 21%, respectivamente. Por fim, as 21 maiores processadoras mundiais captam 36% do leite mundial, volume equivalente a 21% da produção global.

O processo de concentração, sendo bastante variado entre os países, sendo mais intenso no Uruguai, na Bélgica e em Israel, onde cinco empresas captam todo o leite comercializado no país. Considerando apenas a maior empresa, verifica-se uma participação na captação superior a 80% no Uruguai, na Islândia, Finlândia, Noruega, Dinamarca e Nova Zelândia. Além disso, dos 64 países analisados, em 40 deles a participação de cinco empresas é superior a 50% nos respectivos mercados.

No Brasil, a participação das cinco maiores empresas na produção total é de 33% em relação ao leite inspecionado. Portanto, o Brasil ocupa a posição 51 no grupo de países analisados, indicando que, apesar do processo de consolidação vivenciado no mercado doméstico, ainda se trata de um setor pouco concentrado em relação aos padrões mundiais, caracterizando como uma estrutura fragmentada.

A fragmentação na indústria brasileira de laticínios gera uma guerra brutal na captação de leite, sobretudo em momen-

tos de oferta restrita. Essa concorrência por produtores de leite acaba provocando, frequentemente, incremento de volatilidade nos preços ao produtor, seja para cima ou para baixo. Além disso, o custo de administração desse processo é muito alto, gerando desgastes excessivos nas empresas.

Uma consolidação moderada poderá trazer alguns benefícios para o Brasil, inclusive possibilitando uma maior inserção internacional. Uma das características do comércio mundial de *commodities* é que a competição ocorre via preço. Para tanto, a escala de produção é fator determinante nessa disputa, além da competitividade em custo na matéria-prima.

O processo de consolidação também cria condições para que os fornecedores (produtores de leite) absorvam maior parcela do preço final do produto, ao passo que os consumidores tendem a pagar um pouco mais. No entanto, a relação é mais evidente no primeiro caso. Isso se deve ao fato de que uma maior concentração melhora a escala de produção da indústria, reduz o custo de transação na captação de leite e fortalece seu posicionamento frente ao varejista, possibilitando maior repasse ao longo da cadeia.

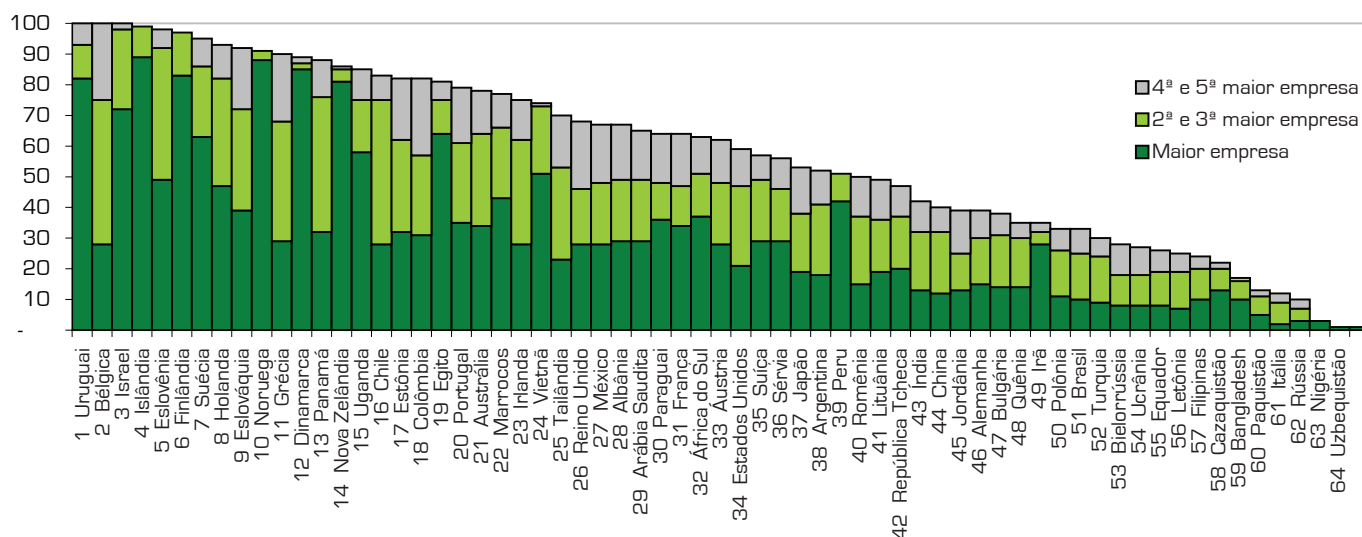
Obviamente, uma consolidação na indústria de laticínios movimentaria toda a cadeia produtiva, tornando-a mais exigente, principalmente, com o produtor de leite. Aspectos como qualidade da matéria-prima e práticas sustentáveis no processo de produção tendem a ser eliminatórios na captação. É importante para o produtor buscar tecnologias mais competitivas e tornar-se mais fiel às empresas que compram seu leite, criando uma relação de parceria que engloba ônus e bônus. É fundamental também o fortalecimento de associações e cooperativas.

Por fim, cabe ressaltar que este movimento de concentração ao longo da cadeia produtiva do leite tende a continuar, mas é importante buscar margens equilibradas ao longo da cadeia. A produção de leite no Brasil, acima de tudo, é uma questão social, pois existem cerca de 1,3 milhão de produtores conforme o último censo agropecuário do IBGE. Portanto, são na grande maioria pequenos empresários rurais, tomadores de preço e cujas famílias vivem da renda gerada na atividade. ■

1. Economista e pesquisador da Embrapa Gado de Leite - glauco@cnpq.embrapa.br

2. Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Instituto Vianna Júnior

### Concentração no processamento de leite por país [% no volume captado]



## Setor sucroalcooleiro

# Etanol e açúcar em transição no Brasil

Plínio Mário Nastari\*

A MATRIZ energética brasileira é reconhecida mundialmente por sua elevada participação de renováveis, lastreada em hidroeletricidade, cana-de-açúcar, lenha e, mais recentemente, outras fontes de biomassa convertidas principalmente em biodiesel.

É preciso reconhecer que iniciativas bem-sucedidas nesse segmento têm sido aquelas ligadas à agricultura empresarial. A agricultura familiar somente tem apresentado algum sucesso quando lastreada em empreendimentos empresariais. Este tem sido o caso das iniciativas ligadas à produção de etanol, biodiesel e lenha energética no Brasil.

Para produtores e geradores, a adoção de energias renováveis tem trazido valor pela diversificação e pelas oportunidades de arbitragem em diferentes mercados. No caso da cana, a diversificação tem permitido arbitragem de preços nos mercados de açúcar, etanol e energia elétrica. No caso dos óleos vegetais, o mesmo efeito, com sua destinação para usos industriais tradicionais ou o da bioenergia.

Para os consumidores, essa estratégia trouxe acesso a energias mais limpas e a oportunidade de escolha. O maior exemplo é a frota flex, que já ultrapassa dez milhões de veículos e representa mais de 40% da frota total de veículos leves e trouxe consigo maior elasticidade-preço na demanda de combustíveis no curto prazo.

Para o governo e a sociedade, energias renováveis têm representado estratégias comprovadas, e tecnologicamente acessíveis, de promoção de desenvolvimento econômico descentralizado. Quem conheceu cidades do interior de São Paulo

há trinta e cinco anos, sabe o impacto que a geração de renda com a produção de cana-de-açúcar energética trouxe para esses municípios, o que hoje se repete em outros Estados da região Centro-Sul. Essa energia representou também um dos maiores exemplos de efeito multiplicador na economia, ativando setores afins como o de bens de capital, automotivo, de equipamentos e insumos agrícolas, e de treinamento e aprimoramento de mão de obra. Essa energia foi também agente importante de redução da poluição urbana e global e grande contribuidora para que o Brasil atingisse independência energética. Estudos indicam que o volume de gasolina substituída por etanol combustível entre 1975 e 2009 equivale a 1,88 bilhão de barris, ou 13,9% da reserva provada total de petróleo e condensados. Somente em 2009, o etanol combustível substituiu 308,15 mil barris por dia de gasolina.

As lições desse processo foram inúmeras. Passou-se a reconhecer a importância dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que permitiram que, entre 1975 e 2008, o rendimento agroindustrial tenha saltado de 2.024 para 6.459 litros de etanol hidratado equivalente por hectare.

Comprovou-se a hipótese, formulada no início da década de 1980, de que, ao longo do tempo, o custo real de produção poderia cair significativamente.

Descobriu-se que é importante a criação inicial de mecanismos de intervenção como mandatos, subsídios à produção e incentivos ao consumo, para viabilizar uma indústria nascente; mas, na medida em que se estabelece a competição, é recomendável a sua gradual eliminação

para induzir a contínua e autóctone busca por eficiência.

Concluiu-se que a opção pela cana-de-açúcar foi realmente a melhor, por ser capaz de converter aproximadamente 80% da energia solar em biomassa, algo insuperável por outras fontes de biomassa. E foi esse fator que tornou a energia de biomassa competitiva em custo e factível em termos de desenvolvimento sustentado, pela sua relativamente baixa ocupação de terras e água. Em 2009, a cana-de-açúcar cultivada para açúcar e etanol ocupou no Brasil pouco mais de 8,1 milhões de hectares, dos quais apenas 4,55 milhões de hectares para etanol, uma área relativamente pequena quando se dá conta que o Brasil possui 330 milhões de hectares agricultáveis e que, com a área dedicada à cana energética, o País já conseguiu substituir, em 2009, 48,4% do consumo nacional de gasolina, em gasolina equivalente – o consumo volumétrico de etanol vai até muito além do consumo da gasolina pura, conhecida como gasolina A.

No entanto, apesar de todos esses resultados, decorridos 35 anos após a criação do Proálcool e de 85 anos de uso quase contínuo de etanol como combustível, pode-se dizer que a sua produção não está nem de longe otimizada. Estima-se que o rendimento agroindustrial atinja 13.900 litros por hectare em 2020. O simples casamento adequado das variedades de cana já disponíveis aos solos e climas apropriados para cada uma delas deve trazer ganhos de aproximadamente 20%. O uso integral da biomassa contida na cana somente agora está sendo perseguido.

É por esse motivo que o setor passa por uma grande fase de transição, com a entrada de investidores de peso, que mudam rapidamente a forma de planejar e agir em termos de produção. Nessa fase, aumentam a disparidade e a heterogeneidade dos grupos econômicos, com crescente competição e investimentos em escala e aprimoramento de processos. Quem ganha com isso é o consumidor. ■

\* Presidente da Datagro Consultoria



## A importância da cogeração de energia

A maior oportunidade do setor energético é hoje a cogeração de energia elétrica com resíduos de cana, bagaço e palha. Até pouco tempo atrás, as usinas processadoras de cana não podiam vender energia excedente na rede, pois nem existia a figura do produtor independente de energia. Por esse motivo, o planejamento industrial ditava que o bagaço excedente fosse praticamente incinerado em caldeiras de baixa pressão, geralmente com 21 atmosferas (bar) de pressão. Esta era a solução mais econômica, para evitar o oneroso custo de transporte de volume considerável de matéria orgânica de baixa densidade.

Atualmente, as tarifas de energia já viabi-

lizam a adoção de tecnologias que podem ser consideradas de grau médio, com caldeiras entre 65 e 100 bar de pressão. A tarifa ainda não viabiliza a gaseificação do bagaço e da palha, mas já é suficiente para causar uma enorme revolução. Hoje, a indústria possui capacidade instalada para gerar 4.671 MW de energia excedente. Até 2015, esse número terá subido para 9.537 MW com os projetos em andamento. Não é pouco, tendo em vista que em 2009 o consumo de energia elétrica foi de 44.302 MW médios e deverá atingir 69.330 MW médios em 2018.

A energia elétrica gerada com resíduos de cana vem sendo criticada no Brasil desde 1985, principalmente por não ser "firme", e, sim, sazonal. Ocorre que sua sazonalidade é uma de suas maiores virtudes, pois complementa perfeitamente

a predominante capacidade de geração hidroelétrica, que opera em baixa exatamente nos meses secos, de inverno, quando a cana-de-açúcar é colhida na maior parte do País.

Esta energia é gerada em unidades produtoras geralmente próximas a concentrações urbanas e, portanto, dos principais polos de consumo, reduzindo investimentos, custos e perdas de transmissão.

### Cogeração: produção de energia (GW)

Caldeiras	Hoje	em 2013
Atuais (sem palha)	4,67	9,54 *
81 bar (sem palha)	14,00	17,70
81 bar (com 50% de palha)	32,00	40,60
EUA	12,00	-

Fonte: Datagro. \* Projeção para 2015.

## Futuro.

Há quem tente prever.  
Nós preferimos planejar.

Em 2010, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) completa 40 anos. O momento é ideal para avaliar o passado, analisar o presente e pensar nos desafios do futuro. Por isso, no mês de setembro, em Brasília, será realizado o XIII Congresso Brasileiro do Cooperativismo, evento que reunirá ideias que possam gerar benefícios concretos e duradouros para o Sistema Cooperativista Brasileiro.

Se você faz parte de uma cooperativa, entre em contato com a Organização das Cooperativas do seu estado e informe-se sobre como participar.

Os próximos 40 anos já começaram. E a ordem do dia é inovar para crescer.

## XIII Congresso Brasileiro do Cooperativismo • 2010

Cooperativismo é sustentabilidade: o desafio da inovação.

<http://congresso.brasilcooperativo.coop.br>

9, 10 e 11 de setembro de 2010 • Brasília, DF  
Centro de Eventos e Treinamentos do CNTC • 902 Sul

## Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

## Subsídio volta a crescer

**D**OCUMENTO DA Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirma que, para compensar o recuo dos preços das *commodities* no mercado internacional, os seus agricultores receberam proporcionalmente mais subsídios para elevar a sua renda no ano passado.

Em números absolutos, houve uma pequena queda de 3,6% nos subsídios diretamente ao produtor, de US\$ 262 bilhões em 2008 para US\$ 252,5 bilhões em 2009. Já os gastos agrícolas totais, que incluem aportes em pesquisa, *marketing* e inspeções, por exemplo, subiram 1,1%, de US\$ 379,4 bilhões em 2008 para US\$ 383,7 bilhões no ano passado.

O nível de subsídios da agricultura nos países da OCDE para o período de 2007 a 2009 variou de 1% da renda bruta dos agricultores na Nova Zelândia a 61% na Noruega. Os subsídios representaram 9% da renda bruta do produtor nos Estados Unidos nesse mesmo período e 23% na União Europeia como um todo.

As medidas de suporte estão voltadas para que os agricultores sigam práticas específicas de produção, tais como a preservação do meio ambiente, conservação dos recursos naturais e o bem-estar animal.

Segundo a OCDE, diante da pressão sobre os orçamentos públicos imposta pela crise econômica, os governos deveriam repensar e adaptar suas políticas agrícolas para atender objetivos econômicos, sociais e ambientais mais específicos. Os formuladores de políticas precisam reduzir os subsídios que distorcem mercados e também diminuir a associação entre pagamentos públicos e a produção agrícola.

Embora tenham ocorrido progressos na redução das políticas de sustentação de preços, os governos da entidade podem fazer muito mais através de:

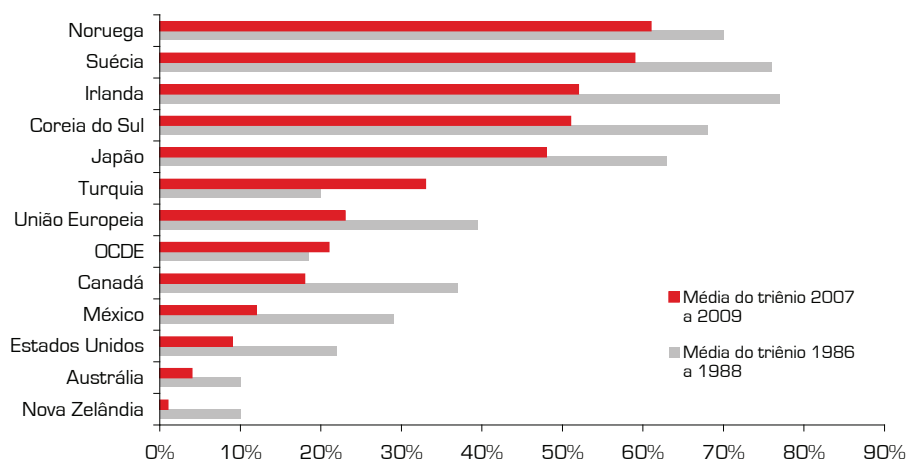
- Metas de renda para a agricultura de baixa renda, com políticas dirigidas para mitigar riscos, por causa da variação de preços e de adversidades climáticas, sem provocar distorções no mercado;

- Estímulos para os agricultores a praticarem serviços ambientais que não sejam remunerados pelo mercado;
- Facilitar as respostas dos agricultores às mudanças climáticas e à conservação dos recursos naturais;
- Investimentos em infraestrutura para melhorar a eficiência dos mercados;
- Promoção de inovações para dar sustentabilidade à produção de alimentos no futuro.

O reforço no sentido de implementar a estratégia de crescimento verde demonstra a confiança que a OCDE deposita no potencial do setor agrícola em proporcionar segurança alimentar e nutricional para a crescente população mundial, enquanto contribui para o desenvolvimento sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental. ■

Mais informações: [www.oecd.org](http://www.oecd.org)

## Relação entre o total de subsídio e o valor bruto da produção (%)



Fonte: OCDE

## Recursos subvencionados na OCDE (US\$ bilhões)

Período	Valor Bruto da Produção	Subsídios aos Produtores	Subsídios agrícolas Totais
Média do triênio 1986 a 1988	591,8	238,7	298,4
Média do triênio 2007 a 2009	1.048,4	256,8	375,1
2007	1.034,1	255,7	362,2
2008	1.338,8	262,0	379,4
2009	992,2	252,5	383,7

Fonte: OCDE

## Certificação Socioambiental para Biocombustíveis

## Riscos e oportunidades

Bruno Benzaquen Perosa<sup>1</sup>  
 Paulo Furquim de Azevedo<sup>2</sup>  
 Matheus Girardi Cavallari<sup>3</sup>

A ADOÇÃO de biocombustíveis em vários países e a elevação no comércio mundial desses produtos têm suscitado diversas dúvidas sobre a sustentabilidade socioambiental de sua produção e seu consumo. A crescente preocupação com as questões ambientais já seria suficiente para ressaltar a importância da sustentabilidade nesses produtos. No caso dos biocombustíveis, porém, essa questão se torna ainda mais crítica, já que a base do argumento está na sua superioridade em relação aos combustíveis fósseis no que se refere aos impactos sobre o meio ambiente. Assim, a utilização de mecanismos que garantam o cumprimento desses padrões é crucial para expansão internacional do mercado para biocombustíveis.

Nesse sentido, a certificação se destaca como uma importante ferramenta para garantir o cumprimento de padrões socioambientais, já que permite a transmissão de informações aos consumidores sobre características dos produtos e dos processos produtivos neles utilizados. Em alguns mercados, a certificação deixou de ser uma opção e se tornou um “passe de entrada” para produtores, como se observa no mercado de alimentos orgânicos.

A certificação de critérios socioambientais também apresentou grande expansão em alguns setores. O setor florestal já conta com uma ampla rede de sistemas de certificação, como o Forest Stewardship Council (FSC) e o Programme for Endorsement of Forest Certifications (PEFC). Hoje, a maior parte da madeira comercializada no mundo é certificada por um desses sistemas. Enquanto o FSC tem um sistema próprio de

certificação privada, os critérios do PEFC vêm sendo adotados por governos nacionais como forma de regular a atividade florestal em seus territórios.

Para o produtor, a certificação gera custos diretos (pagamento às certificadoras) e indiretos (relativos à adaptação dos processos produtivos às normas da certificação). Geralmente, os custos indiretos superam os diretos em regiões que estão muito aquém dos padrões exigidos.

## Custos das certificações agrícolas

Diretos	Indiretos
Auditoria de campo	Aumento de gastos com pessoal e treinamento
Monitoramento anual	Aumento de gastos com inventário e mudanças estruturais
Taxa anual de certificação	Mudanças na cadeia de custódia

A certificação de biocombustíveis tem se desenvolvido em paralelo às certificações mencionadas acima. Diversos critérios que já eram aplicados a outros setores foram adaptados e hoje já estão sendo utilizados em biocombustíveis. Padrões relativos a boas práticas agrícolas se mostram pertinentes para certificação de biocombustíveis. Contudo, algumas questões como as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e o balanço energético, características fundamentais para comprovação da sustentabilidade dos biocombustíveis, ainda não contam com indicadores amplamente aceitos.

No Brasil, a certificação da cana-de-açúcar já vem sendo realizada por algumas certificadoras, como a OIA-Brasil, a

Imaflo e a SGS-Brasil. Além de verificar o cumprimento de certos padrões na produção da cana-de-açúcar, em alguns casos, essas certificadoras também podem fazer recomendações às empresas processadoras (usinas) para que adotem práticas responsáveis.

Em termos gerais, a certificação socioambiental dos biocombustíveis avança rapidamente, mas ainda enfrenta algumas barreiras à sua expansão. Um primeiro problema estaria na proliferação desenfreada de certificações que competem entre si e, assim, reduzem a efetividade desses selos como mecanismos de sinalização aos consumidores. Também podem-se mencionar a falta de comparabilidade das certificações com regras comerciais da Organização Mundial de Comércio (OMC) – podem ser utilizadas como forma de barreira não tarifária – e possíveis atritos com legislações nacionais e internacionais que regulam atividades ligadas à produção e ao comércio de biocombustíveis.

Nesse sentido, é interessante perceber a interação entre os sistemas de certificação e a regulação socioambiental que vêm sendo adotados em vários países. Exemplo disso se verificou no Reino Unido, onde o governo, partindo dessa dificuldade de compatibilizar as certificações privadas com a regulação estatal, lançou uma legislação – Renewable Transport Fuel Obligation (RTFO) – que credencia certificações privadas. Estas podem ser usadas como forma de comprovar a sustentabilidade de biocombustíveis que pretendam adentrar naquele mercado. Tal mecanismo foi denominado *meta-standard approach* e já é considerado por outros países como uma forma de aproveitar os mecanismos de certificação privados existentes para baratear os custos de regulação socioambiental no setor de biocombustíveis. ■

1. Doutorando em Economia de Empresas (EESP-FGV). Pesquisador GV-Agro

2. Professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV). Coordenador GV-Agro Pesquisa

3. Graduando em Administração de Empresas (Eaes-PPG). Pesquisador GV-Agro



## Sojicultura

# O Programa Soja Plus

A ASSOCIAÇÃO dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e o Instituto para o Agromercado Responsável (Ares) lançaram em abril deste ano um sistema de gestão socioambiental para a cultura da soja. Batizado de Programa de Gestão Ambiental e Social da Soja Brasileira (Soja Plus), o sistema adota uma metodologia já experimentada internacionalmente, que consiste basicamente na análise de critérios socioambientais que devem ser seguidos pela propriedade.

A proposta do Soja Plus é de verificação da devida documentação do imóvel rural, a garantia de um ambiente seguro e apropriado para o trabalho, remuneração adequada e capacitação técnica dos colaboradores. Além disso, a proposta do projeto é fazer o mapeamento dos recursos hídricos, das áreas de preservação permanente da propriedade, bem como da reserva legal. A existência de boas práticas agrícolas – que vão do controle documental de agroquímicos ao controle da erosão – também será avaliada.

As propriedades rurais que atenderem os requisitos mínimos estabelecidos receberão o certificado “Soja Plus”.

Para identificar carências e pontos fracos da gestão das propriedades, assim como validar os requisitos estabelecidos, foi desenvolvido um projeto piloto, o qual foi acompanhado por uma empresa verificadora internacional.

Em Mato Grosso teve início um projeto piloto adicional, em 15 propriedades ru-

rais voluntárias, para analisar vários itens, como a conformidade com a legislação ambiental e trabalhista brasileira.

O Brasil conta com uma legislação muito mais rígida e abrangente que outros países para conservar áreas de alto valor. Mais que 33% da Amazônia estão protegidos por unidades de conservação, parques nacionais e reservas indígenas, nas quais a produção agrícola é proibida.

Os produtores participantes do Soja Plus serão incentivados a participar dos Programas Estaduais e Federais de Cadastro e Regularização Ambiental. Ao cumprir o cadastramento no órgão ambiental, o sojicultor submete à aprovação da autoridade ambiental um projeto específico de cada fazenda, para identificar claramente a conservação de áreas de preservação permanente (APP) da vegetação nativa, como as margens dos cursos d'água. Também é obrigatório indicar a área da reserva legal da fazenda, que no Bioma Amazônia chega a 80% do total da propriedade.

As auditorias no Programa Soja Plus serão realizadas por empresas idôneas e independentes, de modo a verificar a consistência e o desempenho das boas práticas agrícolas e do manejo socioambiental das propriedades rurais participantes. ■

Mais informações: [www.abiove.com.br](http://www.abiove.com.br)

## Renovada a Moratória da Soja

O Soja Plus não pretende substituir a Moratória, compromisso assumido pela Associação Brasileira de Óleo Vegetal (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), em parceria com ONGS, para inibir o eventual cultivo de soja em áreas desflorestadas após junho de 2006 no Bioma Amazônia.

Em encontro realizado no mês passado, pela terceira vez consecutiva a chamada Moratória da Soja foi renovada. O monitoramento da produção ocorreu em áreas maiores que 25 hectares, enquanto, nos anos anteriores, o controle era feito em áreas de 100 hectares. O maior detalhamento é resultado de uma nova parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desenvolvida especialmente para áreas agrícolas. No total, o sistema detectou 2.955 polígonos de desmatamento, o que, somados, resultou em 302.149 hectares.

Na temporada 2009/10, após fazerem voos de reconhecimento, foram identificados 76 focos com plantio de soja em desmatamento recente, um total de 6,3 mil hectares de áreas desmatadas no Bioma Amazônico nos últimos três anos, de um total de 2,48 milhões de hectares de florestas que foram derrubadas no mesmo período. Isso representa 0,36% da soja plantada em 52 cidades de Mato Grosso, Rondônia e do Pará, que concentram 98% da soja produzida na Amazônia. A região concentra pouco mais de 7% do total plantado no País.

O cálculo, baseado em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indica que a produção de soja em áreas desmatadas da Amazônia ocupou somente o equivalente a 0,2% do total desmatado nos últimos três anos, basicamente nos Estados de Mato Grosso, do Pará e de Rondônia.

A garantia de que a soja não tem origem em desmatamento recente ganha importância à medida que o mercado exige práticas que respeitam o meio ambiente. As empresas que assinaram a moratória representam mais de 90% do mercado de soja no Brasil.



## APROSOJA CONSOLIDA A GESTÃO RURAL ESTRATÉGICA

Projeto Referência ganha *software* e em seu quarto ano amplia a base de atendimento em 400%



Sensibilização e orientação são feitas nas principais localidades produtoras de Mato Grosso

O Projeto Referência, da Aprosoja, chega em 2010 em seu quarto ano apostando na tecnologia da informação. Criado para orientar o sojicultor na leitura e gestão de indicadores nas propriedades, o projeto ganhou um *software* que permite a realização de simulações e análises comparativas de toda a movimentação administrativa da fazenda. O Referência teve início na safra 2007/2008 com 40 fazendas e este ano realizou treinamento para 200 propriedades, que são potenciais participantes na safra 2010/2011. “Conseguimos implantar com sucesso a prática de transformar informações e dados brutos em conhecimento estratégico”, comemora o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira.

O projeto cataloga indicadores que são analisados de forma individual e, posteriormente, são comparados. A ideia principal é traçar um raio X das propriedades no Estado, criando uma plataforma de práticas passíveis de serem analisadas referentes à sojicultura e a outras atividades desenvolvidas na fazenda.

Dessa avaliação comparativa, sai o diagnóstico das melhores práticas de gestão, com exemplos que podem ser seguidos, sempre na busca pela sustentabilidade econômico-financeira. Além disso, o projeto permite a comparação do desempenho médio das propriedades mais lucrativas, menos lucrativas e medianas em lucro nas regiões abrangidas.

“Aos poucos, vamos superando as decisões tomadas de forma intuitiva e disseminamos a prática de ações empresariais com base científica, real”, pontua Glauber. Nesse aspecto, o *software* do projeto é um grande aliado. O aplicativo permite a

gestão da compra de insumos segundo os diversos mecanismos disponíveis no mercado, orientando o produtor sobre o mecanismo de troca – de insumos por produto agrícola –, sobre a compra com valores referenciados em dólar e prazos de pagamento pós-colheita. E, o melhor: o sistema também permite que o produtor simule mecanismos de compra de insumos e planeje a melhor alternativa.

A análise feita pelo Referência é completa. Os levantamentos incluem um inventário de máquinas e equipamentos e acompanhamento das despesas mensais de cada fazenda com pessoal, custos fixos e variáveis – havendo na base do projeto mais de 19 mil registros. O fluxo de caixa é monitorado, e toda a movimentação da produção – do plantio e comercialização de soja, milho, sorgo, milheto etc. – é verificada. Por questões de segurança, os dados individuais são sigilosos, e mesmo aos produtores participantes são divulgados apenas os números das médias alcançadas nas regiões estudadas.

Dados de produtividade, preços de vendas efetuadas e resultados econômicos finais são analisados, levando a um diagnóstico profundo e detalhado de cada propriedade. Ao final de cada ciclo, o produtor que participa do projeto consegue ter a medida exata de lucratividade, além de identificar os pontos críticos da produção. A análise sobre as variedades de soja é realizada para que seja possível indicar quais tiveram melhor desempenho em termos de produtividade.

“O Projeto Referência nos dá informação mais qualificada. É uma ferramenta de gestão que nos ajuda a tomar decisões corretas nos negócios, pois temos conhecimento de tudo da fazenda. Fica mais fácil, assim, termos noção do crescimento que podemos ter e dos pontos fracos que ainda temos. Hoje, já podemos até comparar nossa produção com as demais áreas do Estado”, observa o produtor rural Silvério de Oliveira. Participando do projeto desde seu início, Silvério planta soja em 1.430 hectares em sua propriedade no município de Tapurah, no norte mato-grossense.

### Programa Parceiros do Referência

A ampliação do raio de ação do Projeto Referência para profissionais e empresas que atuam diretamente com os produtores, principalmente na área técnica, é uma das inovações deste ano. Mais de 400 profissionais e empresas participaram de eventos de orientação e esclarecimento sobre a funcionalidade do projeto. A inclusão de técnicos que dão suporte aos produtores tende a ser expandida nos próximos anos e ganhou o nome de Programa Parceiros do Referência.

O formato de divulgação do Projeto Referência tem sido extremamente bem-sucedido. Com uma agenda de reuniões de sensibilização e orientação *in loco*, ou seja, indo às principais áreas produtoras de soja no Estado, os técnicos do projeto tiram dúvidas de quem participa da iniciativa e obtêm novas adesões a cada evento.



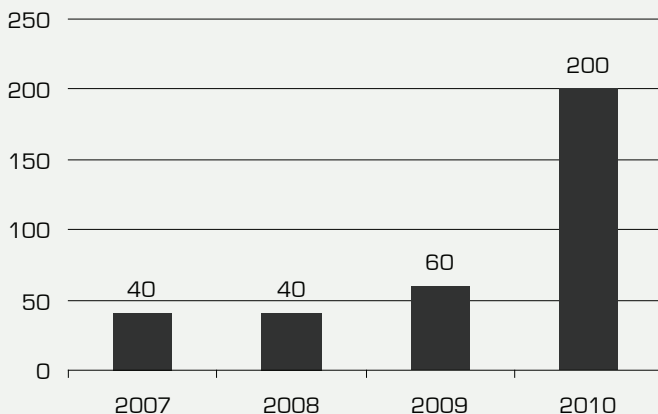
O Projeto Referência tem como importante aliado o Instituto de Desenvolvimento de Gestão Empresarial no Agronegócio (IGEAgro), que fornece assessoria técnica e desenvolve as tecnologias de apoio. A Aprosoja possui uma equipe que atua diretamente com o sojicultor nas regiões produtoras e é responsável pela disseminação e orientação constante aos participantes.

### Referência no ano agrícola 2010/2011

- 35 municípios é a meta de abrangência
- 200 propriedades a serem atendidas
- 400 mil hectares de produção
- 430% de aumento em hectares sobre o ano agrícola 2009/2010 (75.300/ha)

Fonte: Aprosoja

### Projeto Referência: propriedades atendidas



Em quatro anos, o Projeto Referência crescerá 400%

Fonte: Aprosoja

### Dados levantados e analisados

- Inventário de máquinas, equipamentos e benfeitorias [calcular depreciação e custos de oportunidades];
- Despesas mensais da propriedade com mão de obra, energia, telefone, manutenção periódica de máquinas, arrendamento, transporte, diesel, impostos etc.;
- Atividades agrícolas [soja, milho, sorgo, milheto, seringueira, arroz, feijão, pecuária etc.];
- Despesas das atividades (fertilizantes, defensivos, sementes e corretivos);
- Vendas das produções;
- Resultado econômico final, para quantificar a lucratividade e o percentual de renda obtido de cada atividade rentável no ano agrícola.

Fonte: Aprosoja

## MOVIMENTO PRÓ-LOGÍSTICA UNE ENTIDADES DE MATO GROSSO

**Utilização dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário significa desenvolvimento econômico, social e ambiental**

Rodovias com sobrecargas de mais de 400%, caminhões com velocidades médias abaixo dos 60 km/h. Esse é o cenário que projeta o estancamento do potencial de crescimento da agropecuária mato-grossense. Gargalos históricos na infraestrutura de logística de transporte no Estado podem atrasar a meta de produção de 26 milhões de toneladas de soja em 2020.

Em alerta com o cenário, entidades dos setores agropecuário, industrial, comercial e da sociedade civil organizada criaram o Movimento Pró-Logística no segundo semestre de 2009 que está acompanhando par e passo todos os investimentos e projetos de logística previstos para Mato Grosso, além de se movimentar em torno de estudos técnicos que possam indicar a viabilidade de modais de transporte.

A operacionalização de multimodais (rodoviário, ferroviário e hidroviário) é estratégica não apenas pela redução do custo para escoar a produção mas porque desencadeia efeitos benéficos ao desenvolvimento econômico, social e ambiental para toda a população.

O Movimento Pró-Logística elegeu projetos de importância máxima. São eles, a Hidrovia Teles Pires–Tapajós, a Ferrovia Centro-Oeste, a BR-163 e as BRs 242 e 158. E em 2010 entregou ao governo federal sugestões para o Plano Nacional de Logística de Transporte (PNLT) de 2010 para contemplar os projetos acima.

No caso da Teles Pires–Tapajós, o Movimento solicitou um novo estudo de viabilidade para a hidrovia. A revisão se justifica, porque o estudo anterior levou dez anos para ser elaborado e ficou pronto em 2007, após ser interrompido por diversos motivos. O pedido é que, além do levantamento entre Santarém e Cachoeira Rasteira, ambas no Pará, o documento inclua o trecho entre Cachoeira Rasteira e Sinop, no norte de Mato Grosso.

A Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) é outro projeto importante para Mato Grosso. Projeções da Aprosoja indicam que a entrada em funcionamento da ferrovia pode significar uma economia anual de R\$ 1 bilhão no escoamento da produção. “Por conta da falta de infraestrutura ideal, perdemos 25 sacas de soja por hectare para cada 50 sacas colhidas”, contabiliza o presidente da Aprosoja e presidente do Movimento Pró-Logística, Glauber Silveira.

A Ferrovia Centro-Oeste cortará 15 municípios mato-grossenses e tem o projeto previsto para ligar Uruaçu (GO) a Vilhena (TO). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o responsável pelo desenvolvimento do plano diretor da ferrovia. A previsão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é de que o projeto básico do empreendimento comece ainda em 2010, contando com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2),





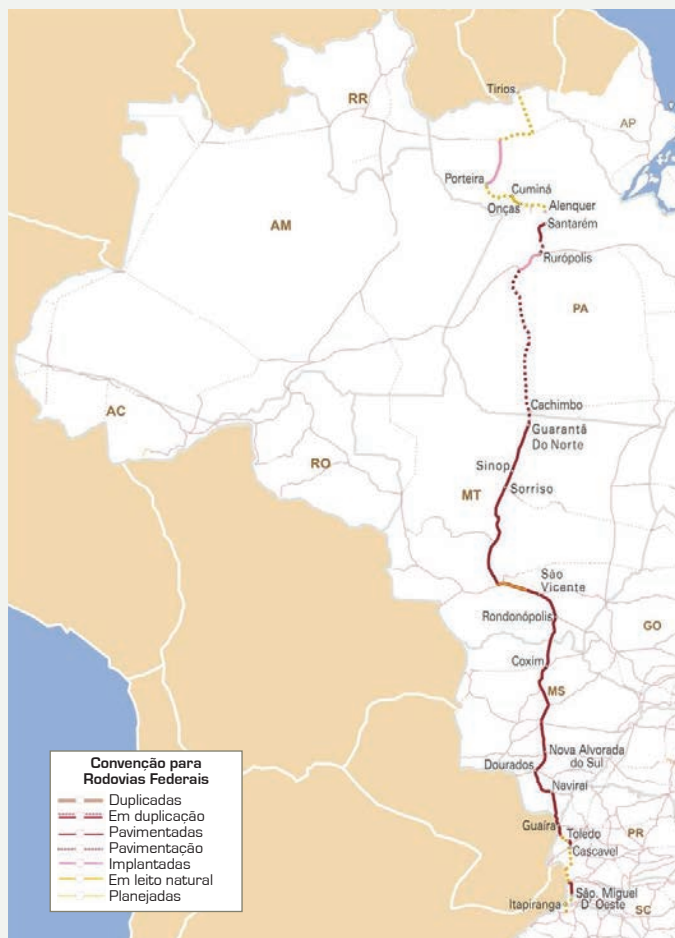
Empresários acompanham vistoria às obras da BR-163, uma importante via de escoamento pelo norte do País

com execução pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias, empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes.

O governo federal investirá R\$ 6,4 bilhões e será o responsável pela construção, que deve começar em 2011. Entre Uruaçu (GO) e Lucas do Rio Verde (MT), a ferrovia terá a extensão de 1.004 quilômetros. Até o ano de sua conclusão (2014), a previsão é de investir R\$ 4,1 bilhões. Já para o trecho entre Lucas do Rio Verde (MT) e Vilhena (RO), com 598 quilômetros, devem ser investidos R\$ 2,3 bilhões.

Outro importante eixo para o agronegócio mato-grossense é a conclusão das obras da BR-163 até o Porto de Santarém (PA), que está em andamento e tem projeção oficial de ser concluída no fim de 2011. O Movimento Pró-Logística tem acompanhado de perto a construção da rodovia, também chamada de Cuiabá-Santarém. Em maio deste ano, representantes das entidades no Movimento acompanharam uma vistoria feita pelo Dnit, em uma viagem que durou quatro dias, saindo de Sinop (MT) até Santarém. “Não sei se o cronograma será completado em 2011. Acredito na conclusão em 2012 ou 2013. Mas o mais importante foi verificar que, estrategicamente, as obras foram licitadas por trechos, o que nos dá mais confiança de que não será paralisada e poderá ser finalizada em médio prazo”, opina Glauber. A intenção é realizar novamente uma viagem ainda neste segundo semestre.

O diretor-administrativo da Aprosoja, Carlos Fávaro, lembra da importância das novas saídas de escoamento da produção para tornar a soja mato-grossense mais competitiva no mercado internacional. “Precisamos ganhar tempo e reduzir os custos de transporte para melhorar a renda do produtor e, consequentemente, gerar emprego para a população do campo e da cidade.”



Em mais uma ação, recentemente a Aprosoja, por meio do Movimento Pró-Logística, se uniu ao Projeto Norte Competitivo da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), onde será feito um diagnóstico sobre a situação dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal. A meta é reduzir em R\$ 10 bilhões ao ano o custo de logística da região. O estudo está sendo realizado pela Macrologística, e a primeira etapa inclui o mapeamento das cadeias produtivas e a identificação dos gargalos. A previsão é que o diagnóstico seja finalizado em janeiro de 2011.

### Projetos Prioritários

- Concluir e Pavimentar a Rodovia BR-163 até Santarém (PA)\*
- Duplicar os trechos Posto Gil-Cuiabá (BR-163) e Cuiabá-Rondonópolis (BR-364)\*
- Viabilizar a navegação pela hidrovía Teles Pires-Tapajós\*
- Viabilizar a navegação pela hidrovía Araguaia-Tocantins\*
- Construção da Ferrovia Centro-Oeste de Uruaçu a Vilhena\*
- Estender a Ferronorte até Cuiabá, passando por Rondonópolis (previsto no PAC o trecho até Rondonópolis)
- Pavimentação do trecho restante da Rodovia BR-158\*
- Implantação da Rodovia BR-242 entre Sorriso e a BR-158
- Estruturação de portos do norte e nordeste do País

\* Obras previstas no PAC

### Benefícios econômicos, sociais e ambientais

- Melhoria na qualidade de vida da população – mais recursos permanecerão nos Estados de abrangência dos modais
- Redução nos custos de produção e transporte
- Geração de emprego, renda e aumento na arrecadação estadual, municipal e federal
- Redução no número de acidentes nas estradas
- Redução da emissão de CO<sub>2</sub>, utilizando menos o modal rodoviário na matriz de transporte

O Movimento Pró-Logística é composto pela Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja), Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso (Fiemt), pelo Sistema Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio/MT), pela Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (Ampa), Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem (Frenlog), pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Mato Grosso (Crea/MT), pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), pelo Instituto Ação Verde e Governo de Mato Grosso.

A cartilha do Movimento está disponibilizada no site: [http://www.aprosoja.com.br/novosite/downloads/Pro\\_Logistica.pdf](http://www.aprosoja.com.br/novosite/downloads/Pro_Logistica.pdf)

## APROSOJA QUER AMPLIAR ATUAÇÃO EM ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Com a missão de ampliar a influência dos produtores de soja brasileiros nas questões tecnológicas e políticas mais estratégicas ao setor rural na pauta de trabalho, tomou posse a nova diretoria da Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja), em maio deste ano, em Brasília, para o biênio 2010/2012. Entre as frentes de trabalhos a serem desenvolvidas pela Aprosoja em 2010 estão a busca por alterações na Lei de Proteção de Cultivares e de alternativas para se obter mais transparência na formação de valores dos *royalties*.

“Esta é uma demanda de todos os sojicultores do País. Acreditamos que por meio do diálogo iremos encontrar saídas que sejam viáveis tanto para quem planta, quanto para quem comercializa e detém as patentes”, explica o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira.

A busca por uma solução definitiva sobre o endividamento rural no País, a participação efetiva nos debates de uma legislação ambiental baseada em critérios técnicos e por uma política nacional de infraestrutura de logística de transporte e armazenamento também estarão no foco das ações da entidade nacional.

Para o segundo semestre deste ano está programada a realização do Circuito Tecnológico Nacional. O evento, que já é realizado em Mato Grosso pela Aprosoja/MT, fará levantamento sobre a qualidade dos fertilizantes, adubos e defensivos agrícolas utilizados nas lavouras de soja. “Vamos coletar amostras nas principais regiões produtoras para termos um raio X da qualidade desses produtos”, pontua Glauber.

A Aprosoja continuará apoiando o trabalho realizado pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA). “Na área política, vamos rodar os Estados para conversar com parlamentares e apoiar aqueles que estiverem comprometidos com a ampliação da produção agrícola sustentável, pois sabemos que o setor rural é um grande vetor do desenvolvimento econômico e social do País”, afirma.

Atualmente, fazem parte da Aprosoja as associações dos Estados de Mato Grosso, da Bahia, do Mato Grosso do Sul, Piauí, Pará e Rio Grande do Sul. A produção desses Estados equivale a 60% da área e da produção nacional de soja. “O nosso objetivo é estimular a criação de outras associações estaduais, dando continuidade ao processo de organização dos produtores de soja brasileiros”, finaliza Glauber.

### Uma história de luta

A Aprosoja nasceu da iniciativa de um grupo de produtores da região Centro-Oeste e foi fundada no dia 9 de julho de 1990. O nome de batismo da entidade foi Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Abrasoja), sendo seu primeiro presidente o ex-senador Gilberto Goellner (DEM-MT). As bandeiras de luta da época eram semelhantes às de hoje: agregação de valor aos grãos, melhores condições de infraestrutura e logística e prorro-





Nova diretoria da associação tomou posse este ano para o biênio 2010/2012

gação das dívidas dos produtores rurais. Havia também reivindicações mais imediatas, como a correção do preço mínimo da soja e a liberação de verbas para colheita, que estavam bloqueadas pelo governo, e de linhas de crédito para os produtores e regulamentação das cooperativas de crédito.

Em 2001, a entidade teve seu nome alterado para Aprosoja. Em 2004, o nome da entidade nacional foi alterado definitivamente para Aprosoja Brasil. Em 2007, o então vice-presidente da Aprosoja/MT e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Rui Carlos Ottoni Prado, foi eleito presidente da Aprosoja Brasil. Glauber Silveira assumiu a vice-presidência da entidade.

Entre as principais conquistas da entidade, destaques para a dianteira nos trabalhos relativos às renegociações das dívidas dos produtores rurais e para a criação de propostas para uma nova legislação ambiental em parceria com a FPA. Além disso, a entidade teve papel fundamental na criação, instalação e gestão da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja, ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

## APROSOJA E EMBRAPA FIRMAM ACORDO DE COOPERAÇÃO

O presidente da Aprosoja, Glauber Silveira, e o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Pedro Antônio Arraes, assinaram em maio deste ano um Acordo Geral de Cooperação. A assinatura ocorreu durante a solenidade de posse da nova diretoria da Aprosoja realizada em Brasília.

Entre vários objetivos, o Acordo Geral de Cooperação possibilitará que a Aprosoja e a Embrapa façam o planejamento e a coordenação de estudos, levantamentos e pesquisas para aprofundamento de conhecimentos técnicos e científicos que beneficiem o setor agropecuário.

A Aprosoja e a Embrapa já vêm desenvolvendo desde o ano passado o Projeto de Validação de Cultivares, que colocou no campo 26 variedades de soja transgênicas e convencionais tes-



Presidente da Aprosoja, Glauber Silveira, e presidente da Embrapa, Pedro Antônio Arraes

tadas na safra 2009/2010. Além desse projeto, a previsão é que este ano seja iniciado um programa de capacitação continuada na área técnica.

O presidente da Aprosoja, Glauber Silveira, destacou que o primeiro passo foi o retorno da Embrapa a Mato Grosso com a instalação da unidade no município de Sinop, na região norte do Estado. “Agora, é uma questão de tempo avançar em pesquisas a partir de demandas e da realidade do setor. A oficialização dessa parceria é um jogo de ganha-ganha para todos.”

O presidente da Embrapa, Pedro Antônio Arraes, disse que a credibilidade da Aprosoja e a capilaridade da associação junto aos produtores impulsionaram a parceria. “Estamos somando a capacidade técnica de pesquisa e de tecnologia da Embrapa com a representatividade e a força política da Aprosoja. Esses são fatores que farão com que os resultados das pesquisas cheguem da melhor maneira até os produtores.”

## CIRCUITO APROSOJA É REFERÊNCIA NO CALENDÁRIO AGRÍCOLA

**Evento chega à quinta edição se consolidando como um dos maiores encontros preparatórios para as safras agrícolas**

Mantendo o formato de palestras conjunturais e de análise de cenários ministradas por grandes nomes nacionais, o Circuito Aprosoja reuniu mais de três mil participantes de abril a maio de 2010. Durante dois meses, a entidade levou um pacote de palestras estratégicas para 20 municípios, atraindo produtores rurais de mais de 70 cidades mato-grossenses. Foram rodados 10 mil km por todo o Estado, com uma mensagem central: cautela para a próxima safra. “Conseguimos estabelecer o Circuito Aprosoja como o maior evento preparatório e estratégico para as safras”, comemora o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira.

Nesta edição, o evento recebeu o economista e apresentador do programa Manhattan Connection, da GNT, Ricardo Amorim, a jornalista Cristiana Lôbo, o consultor Fernando Pimentel e o publicitário José Luiz Tejon, que tiveram a tarefa de traçar um profundo panorama conjuntural sobre economia, mercados, política e comunicação. Em suas palestras, Ricardo Amorim apresentou as principais oportunidades que o Brasil e Mato Grosso terão com os últimos movimentos da economia mundial. “Americanos e europeus estão se tornando centros de fragilidades e crises, porque começam a depender de capital emergente.”

Segundo o economista, os investidores estrangeiros devem investir pesado no Brasil, já que o eixo de riscos e oportunidades mudou. “Quem compra agora são os que eram tidos como ‘pobres’. A China e os demais emergentes vão representar cada vez mais oportu-

nidades. A vantagem produtiva brasileira está no espaço (terra) tanto para plantio, quanto para extração (minérios) e na água. Quem conseguir enxergar isso, estará em grande vantagem.” De acordo com ele, o Brasil será o maior beneficiário da nova ordem mundial, pois lidera a produção de alimentos e de biocombustível.

“Tanto em volume quanto em preço, os sojicultores podem se dar bem, mas a taxa de câmbio deve continuar em queda”, observou. Amorim lembrou que nos últimos anos o fluxo de moeda americana triplicou, e o cenário do dólar será de queda pelo menos nos próximos cinco anos. “No curto prazo, as oscilações do preço da soja e a queda no preço do dólar, a princípio, são um problema, mas nos próximos meses uma boa dica é tentar travar a soja no mercado futuro.” Durante o evento, o economista previu que a crise europeia deverá ser parecida com a crise anterior, com período de duração de até um ano.

### Saldo poderá ficar negativo ao final da safra

Se as condições de preço da soja e do milho não melhorarem, a situação de lucro negativo deve se repetir em 2011, segundo apostou o sócio-diretor da consultoria Agrosecurity, Fernando



Após lançamento em Cuiabá, as palestras ocorreram em mais 19 municípios, contemplando todas as regiões de Mato Grosso



Cristiana Lôbo, da Globo News, destaca a importância das associações na defesa dos pleitos junto aos candidatos à presidência



Pimentel, durante o Circuito Aprosoja. “O produtor deve fazer muitas contas, porque acelerar a safrinha de milho pode significar aperto ainda maior da renda, porque o custo de produção está muito acima do valor da saca praticado pelo mercado”, orientou.

Na palestra sobre o Cenário de Mercado e de Rentabilidade para próxima safra, Pimentel apresentou simulações e comparações dos resultados acumulados nas últimas safras de soja e de milho 2ª safra dos chamados produtores-padrão das regiões sul, oeste e norte de Mato Grosso. A análise considerou informações como área, arrendamento da terra, capacidade de armazenamento de grãos e nível de tecnologia empregado, além de dados do projeto Referência. O resultado não foi animador: a tendência é de saldo negativo ao final da safra.

Fernando Pimentel também apresentou a relação entre o período de plantio do milho safrinha e o risco de queda na produtividade da cultura. “Quanto mais tardiamente o produtor plantar, maior a probabilidade de apresentar queda produtiva. Para ilustrar, podemos dizer que em fevereiro o risco de quebra pode ser de até 5%, enquanto que em março sobe para 30%.”

Com a logística sendo um dos gargalos que leva o produtor a ficar sem renda, a saída passa pela atuação de entidades representativas, como é o caso da Aprosoja. “Uma de nossas maiores bandeiras tem sido o investimento em infraestrutura. Tanto, que defendemos que o setor produtivo possa participar de projetos de execução ou ampliação de ferrovias. Assim, aceleramos o cronograma de investimentos do País e podemos buscar a redução efetiva dos custos com transporte”, argumentou o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira, durante o Circuito Aprosoja.

Além disso, Glauber reiterou que são necessários mais investimentos em armazenagem e transporte para escoar a produção. “Atualmente, o Estado tem capacidade estática para 25 milhões de toneladas, mas os armazéns estão mais concentrados na região Sul. No curto prazo, enquanto os investimentos nesses setores não forem ampliados, pedimos ao governo que regionalizasse os leilões de milho”, observou. A demanda foi atendida, e este ano o Ministério da Agricultura dividiu Mato Grosso em seis regiões ante as três estabelecidas até o ano passado nas ofertas públicas.

### **Cenário político e comunicação com a sociedade estão em pauta**

O cenário político nacional foi abordado pela jornalista Cristiana Lôbo, da Globo News. Especialista em Política, Cristiana iniciou a palestra Cenário Político Pós-2010 avisando: “esta será uma das campanhas mais acirradas dos últimos tempos”. A jornalista destacou o perfil dos principais candidatos ao governo federal, José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), e acrescentou que a campanha será de comparações. “Os programas sociais e as obras serão os grandes centros de discussões entre os dois candidatos.”

Cristiana Lôbo destacou os pontos que servirão de produtos a serem vendidos aos eleitores. “A candidata destacará programas de habitação, como o Minha Casa, Minha Vida, e a melho-

ria do poder de compra das classes pobre e média, o que gera sensação de renda. Já os tucanos vão destacar o déficit da conta externa, que subiu de US\$ 49 bilhões, e pode chegar, a US\$ 60 bilhões em 2011.” A agricultura estará presente no discurso dos dois candidatos, segundo a jornalista, mas com todos os candidatos o setor terá de buscar espaço para negociação. “Cabe a associações como a Aprosoja estarem presentes durante toda campanha em defesa dos pleitos do setor.”

A busca de espaço junto à sociedade também foi destacada pelo jornalista, publicitário e professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), José Luiz Tejon, que propôs que a cadeia do agro-negócio aprimore a comunicação com o consumidor final. O especialista alertou para a necessidade de se inserir o assunto comunicação nas estratégias de todas as lideranças agrícolas. “É necessário ganhar na corrida pela negociação e liderar a percepção e a comunicação desses fatores na mente dos consumidores urbanos. O produtor rural ainda deve aparecer mais”, argumentou Tejon.

Para o palestrante, é necessário sentar e dialogar com fornecedores para mostrar todo o trabalho feito desde o início da cadeia até o alimento que segue à mesa do consumidor. “A lição de casa deve começar na própria cidade onde o agricultor mora. É preciso que, do taxista ao professor de ensino público, entendam a importância do setor.”

#### **Circuito Aprosoja em números**

- 20 cidades visitadas
- Mais de 3.000 participantes
- Público de mais de 70 cidades
- 10 mil km rodados
- Mais de 40 palestras

Fonte: Aprosoja

Assim como Cristiana Lôbo, Tejon ressaltou a função da Aprosoja como entidade de representação. “Essa é uma oportunidade. Em muitos países, a publicidade do setor é forte. Agora é a vez de as associações, como a Aprosoja, e das cooperativas mostrarem o valor desses produtores.”

## **DIÁLOGO INTERNACIONAL REÚNE PRODUTORES DE NOVE PAÍSES NO RIO**

Lideranças das entidades produtoras e exportadoras de oleaginosas (soja, palma, canola) de vários países se reuniram no Rio de Janeiro, em junho, para discutir o aumento da oferta para atender à demanda maior de alimentos, de biocombustíveis e



Evento organizado pela Aprosoja e ASA ocorreu pela primeira vez no Brasil

o acesso a mercados. Trata-se do Diálogo Internacional de Produtores de Oleaginosas (XII IOPD, sigla em inglês), que pela primeira vez é realizado no Brasil. A reunião é feita a cada dois anos, e em 2008 ocorreu em Berlim, na Alemanha.

O encontro recebeu a presença de 14 associações de Brasil, Estados Unidos, França, Argentina, Canadá, Paraguai, Alemanha e Inglaterra, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone). A organização foi feita pela Associação Americana de Produtores de Soja (ASA) e pela Aprosoja. “Buscamos trocar informações e precisamos desse intercâmbio para entendermos melhor a movimentação dos mercados fornecedores e compradores de oleaginosas e suas peculiaridades”, explicou o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira, que proferiu palestra na abertura do evento, tendo como tema principal a logística.

O presidente da Aprosoja destacou a infraestrutura de transporte brasileira e, principalmente, a mato-grossense como um dos maiores complicadores para a competitividade da produção de soja. Segundo ele, o País utiliza apenas 25% da capacidade hidroviária para escoar a produção de grãos, o que onera significativamente o custo do transporte.

Já o presidente da Associação Americana dos Produtores de Soja, Alan Kemper, lembrou a importância e os desafios que os produtores de oleaginosas terão pela frente. “Teremos uma população mundial de nove bilhões de pessoas em 2050 e precisamos buscar o diálogo, para encontrarmos soluções para os pontos que temos em comum, relacionados à sustentabilidade e à melhoria do desenvolvimento de mercados.”

Na linha da sustentabilidade, o presidente da Comissão de Sustentabilidade Socioambiental da Aprosoja, Ricardo Arioli, apresentou a legislação ambiental brasileira e traçou um paralelo com as regras existentes em outros países.

“É fundamental continuarmos a nos reunir nos próximos anos para discutirmos o futuro dessas culturas que formam o

principal grupo exportador global do agronegócio”, pontuou Philippe Dusser, da Federação Francesa dos Produtores de Oleaginosas e Proteaginosas.

## ACADEMIA DE LIDERANÇA DO AGRONEGÓCIO INICIA NOVA FASE EM 2010

Ter lideranças fortes é a chave para o sucesso de qualquer organização. É dentro dessa perspectiva que a Aprosoja chega ao terceiro ano da Academia de Liderança do Agronegócio, uma iniciativa de educação corporativa que atinge delegados, diretores e colaboradores da entidade. Com uma programação dividida em módulos, a Academia já formou duas turmas do chamado Nível 1, que reúne novos líderes do setor rural. Agora, em 2010, a entidade abriu novamente uma turma do Nível 1 e outra do Nível 2, as lideranças avançadas, e mantém a meta de iniciar sua primeira turma de Nível 3, os chamados líderes globais.

O conteúdo das aulas é diversificado e definido em parceria com importantes instituições nacionais, como a Fundação Dom Cabral, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), a Illinois Soybean Association, a American Soybean Association, a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os primeiros módulos deste ano já começaram e seguem até dezembro. “Queremos aumentar nossas competências de liderança e ajudar a formar pessoas conscientes do papel que vão desenvolver frente à Aprosoja”, sintetiza o diretor-executivo da associação, Marcelo Duarte Monteiro. Os módulos para o Nível 1 incluem temas como *coaching*, governança corporativa, planejamento estratégico, reuniões e comunicação. Os líderes avan-

çados terão na pauta assuntos como relações governamentais, marketing, mídia e intercâmbio.

Os temas de estudo vão de aspectos comportamentais à política, passando por comunicação e gestão de pessoas. “Colocamos à disposição dos participantes o que há de mais moderno em termos de liderança e, quando há a possibilidade, fazemos intercâmbio e exercitamos nossa atuação *in loco*”, observa Monteiro.

Exemplo disso é que este ano o módulo de relações governamentais incluiu uma visita a Brasília, em que os alunos puderam acompanhar o cotidiano da Câmara dos Deputados e do Senado para entender como outras entidades fazem articulações políticas. “Já fomos convidados a replicar essa experiência em Washington, já que nos Estados Unidos a influência do setor agrícola é muito maior do que a nossa, apesar de termos uma importância no PIB nacional muito maior do que a deles.”

## CLUBE DA SOJA É CRIADO PARA ATUAR COMO FÓRUM DE DISCUSSÃO

Com a experiência bem-sucedida de promover anualmente o Clube da Fibra (algodão) e o Clube da Cana, a FMC Agrícola Products, em parceria com a Case HI e a Hering, realizou em julho a primeira edição do Clube da Soja. A iniciativa visa insti-

tuir um fórum de discussões e troca de *know-how* sobre diversos temas relativos à cultura da soja, como tecnologias de produção, mercado e comercialização. “Nada mais indicado, portanto, do que nos associarmos à Aprosoja para esse intercâmbio”, observou durante o evento o diretor-presidente da FMC para a América Latina, Antônio Carlos Zem. A entidade apoiou institucionalmente a iniciativa.

O Clube da Soja reuniu 87 produtores da oleaginosa dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, da Bahia, do Piauí, Pará, Rio Grande do Sul e Paraná. Na pauta da programação, temas como mercado mundial da soja, clima, preços e absorção da produção. “É importante discutirmos e trocarmos informações sobre o futuro da produção da soja e sobre o comportamento do mercado, além das políticas econômicas dos maiores produtores de soja do mundo”, avaliou o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira.

Zem lembra que em volume a soja é a cultura mais internacionalmente comercializada e continua em expansão. “O crescimento do setor é tão expressivo, que o desafio é acompanhar a demanda com aumento da produção. É natural que, para crescer, a FMC aumente a participação nesse mercado.” De acordo com o diretor-presidente, a empresa já lidera o mercado de inseticidas, fungicidas e herbicidas de algodão e cana, o que não ocorre com a cultura da soja.

“Por isso, estamos nesta empreitada de agregar as lideranças para conhecer melhor o mercado e as necessidades reais do segmento”, pontua o executivo. Zem sinalizou durante o Clube da Soja que a empresa quer formar parcerias com a Aprosoja em projetos de transferência de tecnologia, orientação ao produtor e comercialização.

## CESB BUSCA A EVOLUÇÃO DA SOJICULTURA NACIONAL

A Aprosoja tem como política de atuação participar de importantes grupos de discussões e trabalhos voltados para o agronegócio, como o Comitê Estratégico Soja Brasil (Cesb). Focado na ampliação dos índices médios de produtividade da soja no País, o Cesb busca mobilizar mais produtores mato-grossenses. O sojicultor de Mato Grosso adota alta tecnologia e gosta de desafios. Por isso, a expectativa é receber pelo menos 300 inscrições do Estado para a edição deste ano do Desafio Nacional de Máxima Produtividade.

A meta do comitê é aumentar a produtividade média da soja no Brasil do patamar atual de 2,8 mil quilos/hectare para 4 mil kg/ha até 2015 no Cerrado, e até 2020 na região Sul. Além da disseminação de informação e orientação ao produtor, o Cesb realiza anualmente o Desafio Nacional de Máxima Produtividade.



Diretor-presidente da FMC para a América Latina e Glauber Silveira fazem abertura do evento



de, uma espécie de campeonato em que produtores e técnicos se inscrevem para alcançar o máximo patamar possível de produtividade em suas propriedades.

As inscrições são abertas sempre em agosto, e a iniciativa prevê a instalação de “pequenos laboratórios experimentais” em fazendas de todo o Brasil. A previsão é receber 1.000 inscrições em todo o País. Na safra passada, o projeto piloto do Cesb avaliou 140 produtores, dos quais 94% conseguiram superar a marca das 80 sacas/ha. Como premiação aos melhores desempenhos, homenagens em Brasília e uma viagem de estudos para os Estados Unidos. É uma oportunidade para a troca de conhecimento e intercâmbio de tecnologia.

O Cesb é uma entidade sem fins lucrativos, formada por profissionais e pesquisadores de diversas áreas e entidades que buscam a troca de conhecimento para a evolução da sojicultura nacional.

## PROJETO SOJA MAIS VERDE RECEBE ADESÕES



Ricardo Arioli afirma que a adesão de prefeituras é uma estratégia importante para que o projeto obtenha êxito

Posicionando-se na vanguarda das discussões sobre a sustentabilidade na sojicultura, a Aprosoja conseguiu adesões estratégicas ao seu mais conhecido projeto de regularização ambiental, o Soja Mais Verde. As prefeituras de Sorriso – município brasileiro campeão na produção de soja – e de Nova Ubiratã assinaram convênio para implantar o projeto em suas cidades. A ideia central da iniciativa é facilitar o processo de regularização ambiental das propriedades rurais, com apoio de técnicos da Aprosoja, do governo do Estado e da ONG parceira do Soja Mais Verde, a TNC.

“Continuamos nosso programa de reuniões de divulgação e orientação sobre o projeto por todo o Estado e realizamos treinamento para os técnicos e profissionais que lidam com os trâmites dos projetos junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente

(Sema)”, observa o presidente da Comissão de Sustentabilidade da Aprosoja, Ricardo Arioli Silva. A ideia é que, antes de protocolar o processo no órgão estadual, os sojicultores passem pelo crivo técnico da Aprosoja e da TNC, o que garante uma probabilidade maior de efetividade na legalização das propriedades.

Além disso, a Aprosoja está dividindo o Estado em regiões para desenvolver trabalhos de análise dos documentos em blocos, de forma a reduzir custos e tempo. “Por isso, consideramos importante a adesão das prefeituras. Com a união dos produtores e do setor público, vamos poder obter êxito muito rapidamente”, argumenta Arioli. O projeto Soja Mais Verde começou pela região do alto Teles Pires, e a partir dos dados coletados pelos técnicos da Aprosoja será possível que as prefeituras envolvidas possam também planejar melhor suas políticas de expansão agrícola.

“O maior ativo desse projeto é conferir mais confiabilidade ao processo de regularização, pois, além do crivo técnico dos responsáveis de cada propriedade, a Aprosoja e a TNC farão suas análises independentes acerca dos documentos, identificando pontos de melhoria e as necessidades de correção”, explica.

Atualmente, o instrumento que viabiliza a regularização ambiental das propriedades rurais em Mato Grosso é o Programa Mato-grossense de Regularização Ambiental Rural (MT Legal). A principal documentação emitida pelo MT Legal para o produtor legalizado é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que atesta a regularidade da propriedade e permite acesso a órgãos e linhas de financiamento.

## SETOR AGUARDA APROVAÇÃO FINAL DO CÓDIGO FLORESTAL

Mais de 700 produtores de todo o Brasil acompanharam de perto a movimentada votação acerca do novo texto do Código Florestal Brasileiro. A Aprosoja participou da mobilização e comemora a adoção de critérios científicos para a base de definição da política ambiental nacional. “A aprovação do relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) na Comissão Especial da Câmara dos Deputados foi uma grande vitória ao País”, afirmou o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira.

O setor rural aguarda ainda, porém, a aprovação final do texto, que passará também pelo Congresso Nacional antes da sanção presidencial. As propostas do relatório não foram consideradas 100% satisfatórias, mas apenas o fato de se chegar a um novo marco regulatório nacional para a questão ambiental já ajuda a consolidar a segurança jurídica para a atividade produtiva. A prerrogativa de que algumas questões passarão para o âmbito estadual também é bem recebida pela Aprosoja.

“O mais importante é a oportunidade que essa discussão nos traz. Vários mitos estão sendo desfeitos junto ao consenso



da população, como a relação entre produção e desmatamento. Basta ver as análises históricas para observar que, nos últimos anos, o produtor lançou mão do uso de tecnologia para ampliar a produção em uma curva de crescimento muito maior que a expansão de áreas”, avalia Glauber.

## CONSCIÊNCIA DE QUEM PRODUZ LEVA À SOLIDARIEDADE SOCIAL

Além da pauta ambiental, a Aprosoja iniciou 2010 com foco na área social. No fim de 2009, a associação lançou o Programa Agronegócio Solidário, que consiste na distribuição de bebidas de soja com sabores de laranja e morango. O objetivo é complementar a dieta alimentar, e atualmente cerca de dez mil crianças e idosos de Cuiabá e Várzea Grande são atendidos diariamente. Um público diferenciado também está sendo atendido: são meninos e meninas em tratamento no Hospital do Câncer e na Associação de Amigos das Crianças com Câncer de Mato Grosso (AACC). A previsão é de que, a partir deste segundo semestre, o programa comece a ser realizado no interior do Estado.

A produção é feita pela indústria Sojamat/Biosoja cuja sede está localizada em Cuiabá. Mas uma das grandes metas do projeto é ampliar a abrangência da distribuição da bebida para atender o público-alvo em todos os municípios onde haja produção de soja.

### Objetivos do Programa

- Atender diariamente, com 200 ml de bebida de soja, crianças no Estado que estão em creches e em comunidades indígenas.
- Contribuir para a redução da desnutrição infantil no Estado, principalmente junto às crianças que residem em cidades com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e em comunidades indígenas.
- Atender diariamente, com 200 ml de bebida de soja, todos os idosos do Estado que estão em asilos públicos e em entidades filantrópicas.
- Melhorar a qualidade de vida dos idosos.
- Incentivar o consumo de produtos derivados da soja desde a primeira infância, formando potenciais consumidores no futuro com hábitos alimentares mais saudáveis.

“Sabemos que parte da desnutrição pode ser evitada com a ingestão de alimentos ricos em vitamina, proteína, entre outros, e que os hábitos alimentares têm um alto impacto na redução de gastos com a saúde, uma vez que há uma significativa melho-

### Bebida de soja

Informação nutricional – porção 45 g (200ml)	
Valor energético	180 kcal ou 75kj
Carboidratos	33,6g
Proteínas	6,15g
Gorduras totais	3,15g
Gorduras saturadas	0,48g
Gorduras trans	0g
Gorduras poli-insaturadas	1,92g
Colesterol	0mg
Fibra alimentar	1,47g
Sódio	2,55 mg

Fonte: Biosoja

ria na qualidade de vida. E uma das oportunidades encontradas para isso é a implantação do Programa Agronegócio Solidário”, pontua o presidente da Aprosoja/MT, Glauber Silveira.

Os benefícios da agricultura para o Mato Grosso são inegáveis, com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) onde a soja é produzida. O projeto visa potencializar a vocação do Estado de produção de alimentos, revertendo os benefícios e ganhos para a sociedade.

“Esta ação marca um novo momento de responsabilidade social do setor produtivo com a sociedade mato-grossense, trazendo uma ação concreta àqueles que mais necessitam do nosso apoio: crianças e idosos”, ressalta Glauber.



Bebidas com sabores morango e laranja são hoje distribuídas a dez mil crianças e idosos via Programa Agronegócio Solidário da Aprosoja

## Defesa Vegetal

## Educação: passo para o desenvolvimento

José Annes Marinho\*

O INVESTIMENTO em educação se mostrou essencial para o desenvolvimento das nações, mas, para que possa usufruir de seu enorme potencial econômico, no Brasil esse é ainda um desafio a ser superado.

No campo brasileiro, todos os anos, as empresas de pesquisa e comercialização de defensivos agrícolas disponibilizam equipes especializadas de profissionais para trabalharem na implantação de ações voltadas às boas práticas agrícolas e à responsabilidade socioambiental. Essas indústrias, representadas pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), realizam projetos para difusão de informações sobre o uso seguro de tecnologias, iniciativas de conscientização ambiental, implantação de projetos sociais e outras contribuições à sociedade.

Alguns exemplos da difusão do conceito da sustentabilidade são programas como os Sistemas Integrados de Manejo da Produção Agrícola Sustentável (Simpas) e o Curso de Defesa Fitossanitária, Tecnologia de Aplicação e Receituário Agronômico (Deftara), dirigidos a formandos em Ciências Agrárias, Engenharia Florestal ou cursos técnicos relacionados, ambos em andamento há mais de duas décadas.

Outro exemplo de contribuição em forte atividade no setor da defesa sanitária agrícola é a premiação concedida aos melhores projetos das empresas de defensivos agrícolas e a outros canais envolvidos com o negócio, como revendas de produtos, cooperativas e centrais de recebimento de embalagens vazias. Trata-se do Prêmio Andef de Mérito Fitossanitário, realizado por 13 anos, que alcançou,

no período de 2005 a 2009, 4,5 milhões de pessoas por meio de cursos, palestras, visitas de campo e mensagens na mídia, nos meios rurais e urbanos.

Em maio deste ano, durante a 13ª edição do Prêmio Andef de Mérito Fitossanitário, que ocorreu em São Paulo, foram homenageados trabalhos realizados por nove indústrias de defensivos, quatro centrais de recebimento de embalagens, seis revendas de produtos e seis cooperativas. Os projetos foram apresentados em abril à comissão julgadora responsável por avaliar a efetividade de cada iniciativa. O grupo, formado por profissionais de órgãos de fiscalização, Secretarias de diversos Estados e docentes de universidades públicas, das áreas de Agronomia, Saúde e Meio Ambiente, é coordenado pela Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (Fealq).

As ações realizadas pelas revendas de produtos competem na categoria Canal de Distribuição e são avaliadas pela Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav). As cooperativas agrícolas participam pela categoria Cooperativa, com seus projetos apresentados pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). As centrais de recebimento de embalagens competem na categoria Campo Limpo, com seus resultados consolidados e apresentados pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). As categorias se dividem nas modalidades Empresa, Profissional e Projeto. Apenas as ações realizadas pelas empresas ao longo do ano passado resultaram em 5.690 atividades e 43 projetos no campo, atingindo 1,5 milhão de pessoas.

## Projetos realizados em 2009

**Arysta Lifescience – Projeto Kenkou**  
**Modalidade: Projeto de Uso Correto e Seguro**

A cultura da cana-de-açúcar envolve um grande número de agricultores que lida diretamente com defensivos agrícolas e necessita receber treinamentos específicos para preservar sua saúde e o ambiente. A fim de garantir que os sete hábitos de segurança com defensivos – Aquisição, Transporte, Armazenamento, Uso de EPI, Preparo da calda, Tecnologias de Aplicação e Destino final da embalagem – cheguem ao conhecimento do homem do campo, a Arysta criou o projeto Kenkou, que significa Saúde em japonês.

Iniciado em São Paulo e na Região Nordeste, na cultura da cana, atualmente atinge também o público de produtores de frutas de diversas regiões nordestinas, entre as quais se destaca o Vale do São Francisco. Os treinamentos são realizados por funcionários e promotores técnicos da Arysta, responsáveis pela identificação de necessidades específicas do cliente, a partir das quais é elaborado um treinamento personalizado.

O projeto Kenkou é um trabalho idealizado pela mesma equipe que atua até hoje: os profissionais do Centro de Negócios de Cana e HF Nordeste da Arysta. Desde o início, em 2007, foram ministrados 316 treinamentos, envolvendo usinas de cana-de-açúcar e produtores de frutas, totalizando 9.443 pessoas treinadas.

**Basf – Programa ReAção**  
**Modalidade: Projeto de Responsabilidade Social**

O Programa ReAção, iniciado em 2006, é um programa de responsabilidade social da Basf que consiste na capacitação de professores do ensino fundamental e da pré-escola da rede municipal de Guaratinguetá (SP). É direcionado para os cursos de ciências (biologia), química e física e proporciona o acesso de educadores e estudantes aos princípios que regem os fenômenos científicos e suas inúmeras aplicações no cotidiano. Desperta nas

peças a curiosidade, a criatividade e a vontade de praticar ciência.

O público beneficiado contempla cerca de 500 professores e 10 mil estudantes de 23 escolas municipais. O programa foi expandido e já beneficiou mais de 50 mil pessoas, o que o torna um dos mais importantes programas de responsabilidade social do Estado de São Paulo.

O programa beneficia não somente alunos e professores mas também permite o acesso da comunidade à cultura e à tecnologia. Assim, as pessoas alcançadas pelo projeto aprendem o que a ciência faz para melhorar as suas vidas e o meio ambiente no qual vivem.

Com esta conscientização, espera-se que os beneficiados pelo ReAção consigam lidar com os assuntos do dia a dia de forma crítica e tornem-se capazes de avaliar as descobertas e os avanços da ciência de forma a melhor entendê-los e, assim, chegarem às melhores conclusões para contribuírem com o desenvolvimento sustentável.

#### **Bayer Cropscience – Projeto EPI D’ajuda**

##### **Modalidade: Projeto de Uso Correto e Seguro**

A agricultura no sul de Goiás e no norte do triângulo mineiro é caracterizada por uma grande utilização de tecnologia no campo. É também muito carente, porém, de informações sobre sustentabilidade e cuidados com a utilização de defensivos agrícolas. Ao mesmo tempo, vê-se nos empresários da região a grande preocupação com a sociedade em que vivem.

Com base neste cenário, o Projeto EPI D’ajuda nasceu de uma necessidade de mostrar a importância do EPI para os agricultores, além de lhes dar uma oportunidade para fazerem doações a uma instituição filantrópica, neste caso, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). O programa é uma parceria entre a Apae, a AZR (fabricante de EPI’s), a Bayer (fabricante de defensivos), e os

distribuidores da Bayer na região, as empresas Esteio Rural e Duquima.

O Projeto consiste na divulgação de uma campanha educacional, por parte das empresas parceiras, que busca sensibilizar o empresário rural sobre a necessidade de se utilizar o EPI. No processo, incluem-se no Kit EPI desenhos criados por crianças com Síndrome de Down ou outras deficiências, e estas ligam para os clientes falando sobre a importância de utilizarem os Equipamentos e mostrando que, dessa forma, estariam ajudando-as.



Todo o lucro obtido com as vendas dos Kits é repassado à Apae da cidade.

#### **Dow Agrosciences – Projeto Família e Qualidade de Vida**

##### **Modalidade: Projeto de Responsabilidade Social**

O projeto Família e Qualidade de Vida é decorrente das ações de promoção social desenvolvidas pelo Senar-PR desde 1998, em parceria com a Dow AgroSciences. O objetivo foi despertar os participantes para os procedimentos básicos do

uso correto de agrotóxicos e questões voltadas à cidadania (organização e família), saúde e odontologia, tendo como focos principais a família e a qualidade de vida, por meio de palestras.

O programa atendeu até hoje 78 mil pessoas do meio rural, totalizando 3,2 mil eventos desde a sua implantação. A iniciativa procura guardar complementaridade com as ações do Senar, na divulgação institucional da entidade, no repasse de informações de caráter educacional ou na forma de despertar maior consciência da população.

É possível, com o programa, demonstrar a importância do papel de cada cidadão na sociedade, mediante o desenvolvimento de ações em nível de comunidades rurais. O trabalho objetiva o despertar da consciência de cidadania e sua prática para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

#### **DuPont – Projeto DuPont na Escola**

##### **Modalidade: Projeto de Uso Correto e Seguro**

O Projeto DuPont na Escola trabalha com estudantes de escolas rurais e filhos de agricultores, a fim de que sejam os multiplicadores do Uso Correto e Seguro dos produtos fitossanitários e das Boas Práticas Agrícolas a seus familiares e à comunidade onde vivem. Visa contribuir para desenvolver cidadania, mentalidade de preservação do meio ambiente nos futuros agricultores e auxiliar no crescimento sustentável da atividade agrícola.

Com ênfase nas escolas públicas das principais regiões rurais do País, o projeto motiva o aprendizado dos estudantes com um concurso de Redação e Desenho e reconhece os melhores textos e desenhos sobre boas práticas agrícolas, cujos autores são premiados. Toda escola participante recebe um computador completo com impressora, colocado à disposição das crianças, auxiliando assim na introdução à informática.



São realizadas palestras com suporte de material didático exclusivo do projeto, com conteúdo audiovisual, gibis, formulários de redação, desenho e materiais de comunicação. O DuPont na Escola já foi realizado em 209 municípios do Brasil, atingindo 19,1 mil estudantes em todas as regiões agrícolas do País, do Nordeste ao Rio Grande do Sul, do Cerrado ao Espírito Santo.

### **FMC – Projeto Gira Brasil**

#### **Modalidade: Projeto de Responsabilidade Social**

Aprovado pela Lei Rouanet, o Gira Brasil é um projeto de inclusão cultural que utiliza um caminhão como cine móvel para levar a magia e a emoção do cinema a pontos remotos do Brasil, de modo a facilitar o acesso de centenas de pessoas a produções nacionais recentes. O caminhão traz todo o conforto e tecnologia, reproduzindo as melhores salas de projeção.

O Gira Brasil foi idealizado para, além de semear cultura e entretenimento, também prover à população um trabalho de qualidade no longo prazo. Os filmes exibidos levam mensagens sobre o uso seguro e correto de produtos fitossanitários.

O programa percorreu 41 cidades, onde estão localizadas Cooperativas e Usinas convidadas a participar, nos Estados de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina, além de sessões na fábrica da FMC, em Uberaba (MG). Com início em 1º de julho de 2009, o Gira Brasil durou quatro meses, num total de 434 sessões, 95 dias de exhibições, 41 cidades visitadas e 10,8 mil quilômetros rodados. Foram 11,2 mil expectadores, entre trabalhadores das usinas e cooperativas. Além deles, em cada cidade, uma ou mais sessões foram dedicadas a escolas ou asilos locais.

### **Ihara – Planta Forte sobre rodas**

#### **Modalidade: Projeto de Uso Correto e Seguro**

Apesar de o Brasil ser uma nação em constante crescimento na agricultura, a rentabilidade de diversos cultivos tem ficado abaixo da esperada. Mesmo

com a tecnologia disponível, a eficiência agrônômica fica aquém, com geração de desperdícios e perdas de renda, fatos que levam muitos sistemas de produção a se tornarem insustentáveis do ponto de vista econômico, ambiental e social.

Em 1990, surge um movimento na Ihara, denominado Projeto Planta Forte, com apoio da Embrapa-CNPAP de Goiânia (GO). Mantido por quase dez anos, utiliza a estratégia de melhorar a produção com base no manejo fitossanitário. Para isso, desenvolve a capacidade dos agricultores, a fim de melhorar o modelo de gestão através do diagnóstico e da avaliação de seus resultados nas unidades de produção e suas relações com as questões ambientais, sociais, tecnológicas e econômicas.

Em 2003, a Ihara inicia a formatação de uma nova estratégia, com objetivos mais amplos focados na gestão da produção. No início de 2009, a empresa inova e desenvolve a concepção do Planta Forte sobre rodas. O Sistema Planta Forte e o Planta Forte sobre rodas são maneiras encontradas para ir além e compartilhar conhecimento, trabalho, experiência e o mais importante: escutar o que o agricultor tem a dizer, pois sabe-se que há sempre o que aprender e analisar.

### **Monsanto – Projeto Revitalização de Nascentes**

#### **Modalidade: Projeto de Responsabilidade Ambiental**

O Projeto Revitalização de Nascentes é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SP) para revitalizar áreas de preservação permanentes de nascentes em áreas públicas urbanas, por meio de práticas conservacionistas, com o envolvimento da sociedade através de um Programa de Educação Ambiental.

O projeto tem apoio da Monsanto (a partir de setembro de 2007, com renovação em 2009), junto com vários segmentos da sociedade. Norteado por normas e preceitos técnicos, pelo Código Florestal e por Resoluções da Secretaria do Meio Ambiente, o projeto contribui para melhoria das condições da bacia do Rio

Paraíba do Sul, responsável pelo abastecimento de 15 milhões de habitantes, em 180 cidades do Vale do Paraíba, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para subsidiar os trabalhos, foi criado um amplo programa de Educação Ambiental, para uso de professores e alunos multiplicadores, em suas unidades escolares e na comunidade. As atividades envolviam a coleta, análise e o monitoramento da qualidade da água, o plantio de mudas e acompanhamento do desenvolvimento do trabalho de implantação da revegetação por dois anos.

### **Syngenta – Projeto Fauna**

#### **Modalidade: Projeto de Responsabilidade Ambiental**

Com o objetivo de conhecer a ictiofauna, mapeamento do conjunto de espécies de peixes do Rio Pitangui, que banha o Estado do Paraná, o Projeto Fauna faz parte do Projeto de Revitalização que prevê o repovoamento das espécies ameaçadas de extinção, implementado com coordenação do clube de Ponta Grossa, o Lions Pitangui, em parceria com o Corpo de Bombeiros, a Sanepar e a Copel.

Em 2007, a parceria passou a contar com a Syngenta, que incrementou as ações de novos estudos em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O projeto ganhou um novo nome: Projeto Fauna. A empresa é a principal patrocinadora, com fornecimento de iscas, material de pesca, bolsas para estagiários e alimentação para as pessoas envolvidas nas diferentes etapas do Projeto.

Entre os resultados do trabalho, é possível destacar a recuperação de duas nascentes que haviam sido depredadas, pelo uso inadequado das margens do rio como áreas de exploração agrícola, a descoberta de características impróprias nas águas em todos os sete pontos do rio, descoberta de duas espécies consideradas em extinção e retirada de lixo do leito do rio. ■

\* Gerente de Educação da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)



## Propostas do agronegócio para os presidenciais

O CONSELHO Superior do Agronegócio (Cosag), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), esteve reunido, em 12 de julho último, para tratar das Propostas aos Presidenciais. O documento, coordenado pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), através de um Grupo Técnico composto de profissionais de diversas entidades, procura sintetizar de maneira geral as principais demandas existentes nos agentes das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro.

Na abertura, Roberto Rodrigues, coordenador do Cosag, destacou o esforço e a dificuldade para consolidar as informações diante da diversidade e da complexidade das demandas que envolvem o agronegócio nacional. Carlo Lovatelli, presidente da Abag, explicou que os presidenciais receberão perguntas sobre trabalho. As suas respostas serão gravadas e apresentadas no 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, cujo tema será Cenário 2011: Comunicação e Governança.

A seguir, *Agroanalysis* apresenta os principais tópicos das Propostas aos Presidenciais.

# Plano de ação 2011-2014-2020

## 1. Fundamentos

O agronegócio brasileiro é um caso de sucesso! Contribui com 26% do PIB e 46% das exportações. É responsável pela totalidade do saldo da Balança Comercial, atingindo, de 1997 a 2009, US\$ 403 bilhões. Da sua produção, cerca de 70% abastecem o mercado interno, e o restante sustenta a Balança Comercial!

A transformação da agricultura tradicional e ineficiente, dos anos 1960-70, em um agronegócio pujante credita-se, em primeiro lugar, à competência do setor privado, incluindo os agricultores, os produtores de insumos, os processadores e os prestadores de serviços.

O Estado brasileiro contribuiu com a pesquisa na agricultura tropical, no fornecimento de crédito rural, na promoção das exportações, na normatização da defesa agropecuária e na melhoria, em parte, da infraestrutura e logística.

O potencial do agronegócio brasileiro é imenso. A disponibilidade de terras planas, aptas à mecanização, agricultores empreendedores, incluindo muitos pequenos e médios, e de tecnologias de instituições públicas e privadas deve aumentar consideravelmente a produção, seguindo preceitos de sustentabilidade para os próximos anos.

Para o futuro, com as mudanças climáticas e o aquecimento global, o modelo de produção terá como base a maior sustentabilidade econômica, social e ambiental para atender ao aumento da demanda, devido ao aumento da população brasileira e mundial e ao crescimento de sua renda, que exige mais produtos de qualidade e diversificados. Nos biomas, o controle do desmatamento deve ser feito com manejo dos recursos naturais e oferta de serviços ambientais.

## 2. Metas

### Crescimento no horizonte 2010 a 2020

<b>Produção</b>	37% nos grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo); 38% nas carnes; 76% na cana-de-açúcar (48,2% em açúcar e 127,3% em etanol); 25% nas florestas plantadas.
<b>Agroenergia</b>	Participação em 20% na matriz energética nacional.
<b>Área</b>	Incorporar 15 milhões de hectares de áreas degradadas no processo produtivo.
<b>Renda Mínima</b>	Incorporação de 800 mil pequenos produtores (valor da produção entre 1 e 2 salários mínimos) ao mercado.
<b>Exportação</b>	Dobrar o valor para US\$ 130 bilhões.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

### Redução das emissões no horizonte 2010 a 2020

Ações	Ampliação da Área <sup>1</sup>	Redução das Emissões <sup>2</sup>
Recuperação de pastagens degradadas	15,0	104,5
Integração lavoura-pecuária-silvicultura	4,0	22,0
Sistema de plantio direto na palha	8,0	20,2
Fixação de nitrogênio (soja)	5,5	20,0
Reflorestamento	3,0	8,0
<b>Agroenergia</b>		<b>1.015,0*</b>

1. milhões de hectares

2. milhões de toneladas em equivalentes de gás carbônico

\* União da Indústria de Cana-de-Açúcar. Fonte: Mapa.

### Para a infraestrutura do agronegócio

<b>Armazenagem de Grãos</b>	Nível da propriedade: de 5% para 10% da produção. Fronteira agrícola: aumento de 35% na capacidade.
<b>Matriz de Transporte de Grãos</b>	Rodovia: de 61% para 35%; Ferrovia: de 33% para 45%; Hidrovia: de 6% para 20%.
<b>Escoamento de Grãos via Portos</b>	Santos e Paranaguá: de 66 % para 50%; Demais portos: de 34% para 50%.
<b>Pesquisa</b>	2% do PIB da agropecuária.





### 3. Proposta de agenda para o governo

A transformação do potencial do agronegócio brasileiro em realidade terá o setor privado como protagonista e o governo como indutor, por meio de uma agenda de trabalho alicerçada em seis grandes pilares:

#### PILAR 1:

##### Garantia de renda para o agricultor

##### Componente A: Crédito agrícola

**Justificativa:** O crédito agrícola orientado pelo zoneamento econômico ecológico é instrumento fundamental para a sustentabilidade do processo produtivo. Possibilita ganhos de produtividade, poupa terra e desestimula novos desmatamentos, com a liberação das áreas já ocupadas pelo homem para expansão agrícola. Também estimula a incorporação do produtor ao mercado e auxilia na maior formalização do setor.

A atual política de crédito agrícola tem como características:

- Insuficiência de recursos para o financiamento da produção e comercialização;
- Injusta distribuição no seu acesso e na capilarização;
- Concentração excessiva do risco no setor público;
- Falta de novos agentes financeiros, em razão da baixa rentabilidade operacional.

##### Propostas de Ação:

- Planos Plurianuais de Safras (cinco anos) com medidas estruturais, revisões anuais, crédito rotativo.
- Reforma do sistema de crédito rural com estímulos para transformação dos produtores rurais em pessoas jurídicas e ampliação e diversificação das fontes de financiamento.
- Oferta de crédito diferenciado para programas de práticas conservacionistas com baixo carbono e de agregação de valor, que gerem renda e melhores condições de vida no campo.
- Reduzir os custos de transação e de tempo gasto na contratação do crédito agrícola.

- Criar um sistema de autoliquidez do crédito rural com a vinculação das operações de crédito rural aos instrumentos de seguro rural.
- Aprovar o PLP 349/08 no Congresso Nacional, com a criação do Fundo Garantidor do Crédito Rural, para a provisão de recursos e a mitigação do risco das operações de crédito.
- Incentivar novos mecanismos orientados para o mercado.
- Formalização e padronização dos contratos de *commodities*: cláusulas de garantia, *hedge*, vencimento, inadimplência, arbitragem etc.
- Estimular contratos nas cadeias produtivas; exemplo: Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Consecana).

**Encaminhamento:** Ação multiministerial, coordenada pelo Mapa. Edição de portarias, decretos e leis, conforme a especificidade da ação.

##### Componente B: Seguro Rural

**Justificativa:** O Seguro rural é um fator estabilizador da renda do agricultor diante de riscos de produção. Estimula e viabiliza a permanência do produtor rural em sua atividade. Como é pouco atraente para o setor privado, devido a sua alta sinistralidade e seu elevado custo operacional, o governo deve disponibilizar mais recursos com a subvenção de prêmio.

Como é uma medida anticíclica de proteção de renda, o seguro rural deve estar associado a mecanismos modernos de *hedge* e opção.

##### Propostas de Ação:

- Fomentar a contratação de seguro agrícola pelos produtores rurais.
- Expandir os recursos para subvenção ao prêmio conforme a expansão da produção.
- Regular o Fundo de Catástrofe, criado em 2008 (Projeto de Lei Complementar nº 374).
- Ampliar o limite de seguro para áreas cultivadas com financiamento.
- Padronizar os processos de inspeção e de acompanhamento dos sinistros.

- Cumprir o plano trienal elaborado pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural.

**Encaminhamento:** Coordenação Mapa.

##### Componente C: Solução das Dívidas Agrícolas

**Justificativa:** Diversos planos econômicos do governo elevaram substancialmente a dívida dos produtores rurais e não corrigiram, na mesma proporção, os preços mínimos dos produtos. Adicionalmente, com as secas nas safras 2004/05 e 2005/06, sem a cobertura do seguro rural, os agricultores deixaram de receber indenizações de R\$ 10,3 bilhões. Assim, muitos deles permanecem endividados, sem acesso a fontes de financiamento, tendo necessidade de uma solução definitiva para poder retomar a produção.

##### Propostas de ação:

- Revisão da Lei nº 11.755, de agosto de 2008, que renegociou 2,8 milhões de contratos no valor de R\$ 75 bilhões, de um saldo da dívida de R\$ 110 bilhões.
- Renegociação das dívidas oriundas dos financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos endividamentos de custeio, investimento e comercialização de safras anteriores, em condições que permitam ao produtor continuar produzindo e, ao mesmo tempo, pagá-las.
- Negociar a transformação dos produtores rurais de pessoa física para jurídica.

**Encaminhamento:** Proposta do Mapa encaminhada à Casa Civil da Presidência da República.

##### Componente D: Garantia de Preços Mínimos

**Justificativa:** Em época de safra abundante, os preços tendem a cair, com perda de renda pelos produtores e desestímulo para o próximo plantio. As compras do governo por mecanismos como de preços mínimos objetivam proteger o agricultor

e os consumidores de acentuadas volatilidades de preços. Por isso, o instrumento deve estar acoplado a uma política de metas de produção.

**Proposta de ação:**

- Implantar uma política de suporte de preços para garantir uma renda mínima ao produtor rural, com o aprimoramento do Programa de Equalização de Preços ao Produtor (Pepro) e Programa de Escoamento da Produção (PEP), de acordo com o tamanho dos estoques e as metas de produção propostas em Planos Plurianuais de Safras.

**Encaminhamento:** Projeto de Lei a ser elaborado pelo Mapa e encaminhado ao Congresso Nacional.

**Componente E:** Desoneração Tributária

**Justificativa:** No Brasil, a carga tributária incidente sobre a produção de alimentos tem impacto extremamente negativo na competitividade do setor produtivo e encarece os preços dos alimentos, com prejuízos para a população brasileira e dificuldades às exportações.

**Proposta de ação:**

- Desoneração tributária das matérias-primas nos alimentos da cesta básica

ampliada (incluindo as carnes), e dos produtos para a exportação.

**Encaminhamento:** Mapa e Ministério da Fazenda.

**Componente F:** Substituição de insumos importados

**Justificativa:** Os produtores brasileiros dependem fortemente da importação de matérias-primas para produção de fertilizantes e de princípios ativos de defensivos agrícolas. A elevada dependência de importações determina risco considerável para os produtores rurais quanto a preços e à quantidade e para a produção do País.

**Proposta de ação:**

- Com recursos do BNDES, fomentar o investimento em projetos de exploração de jazidas de matérias-primas nacionais para a fabricação de fertilizantes.
- Incentivar Parceria Pública e Privada (PPP) na produção e oferta de fertilizantes.
- Agilizar o processo de registro de novos defensivos agrícolas e aprovar os normativos que permitam a extensão de uso dos defensivos para culturas de menor expressão econômica (*minor crops*).

**Encaminhamento:** Mapa, BNDES e Petrobras.

**Componente G:** Comunicação, imagem e valorização

**Justificativa:** A agropecuária possui laços históricos com o País. Com as suas cadeias produtivas, garante a segurança alimentar interna, contribui para uma matriz energética mais limpa e gera preciosas divisas através das exportações. Na condição de ser um dos principais protagonistas mundiais no agronegócio, é fundamental mostrar para a sociedade o seu papel fundamental como parte ativa do processo de integração e desenvolvimento socioeconômico nacional.

**Proposta de ação:**

- Desenvolver plano de comunicação, imagem e valorização do agronegócio.

**Encaminhamento:** Mapa, MDIC, Casa Civil, Sociedade Civil Organizada.

**PILAR 2:**

**Infraestrutura e logística**

**Justificativa:** O calcanhar de aquiles do agronegócio brasileiro é a tremenda deficiência em infraestrutura e logística,



com ônus para o custo de transporte, redução da renda do produtor e comprometimento da competitividade internacional dos produtos nacionais em relação aos concorrentes. Ainda, quanto maior a safra, maiores as perdas por falta de armazenamento e maior o custo de transporte.

O transporte de uma tonelada de soja de Rondonópolis (Mato Grosso) a Paranaguá (Paraná), por exemplo, custa o equivalente a 20% do valor do produto; no caso do milho, metade do valor da mercadoria é gasta com frete.

Em países como os Estados Unidos e a Argentina, o custo médio do transporte é metade do custo normalmente verificado no Brasil. Contribuem para esse custo elevado no Brasil, além da priorização do transporte rodoviário propriamente dito, os elevados gastos com manutenções dos caminhões devido à precariedade da malha rodoviária.

Um fator de competitividade é a priorização de sistemas de transporte de baixo custo, como nos Estados Unidos. No caso da Argentina, apesar de o transporte rodoviário ser maior que o brasileiro, as distâncias da zona de produção aos portos são baixas.

O Brasil ocupa posição de destaque na produção e no comércio internacional de *commodities* agrícolas, sendo o primeiro no *ranking* de exportação de açúcar, café, suco de laranja, etanol e tabaco. Em 2009, as exportações brasileiras de produtos originários do agronegócio ficaram próximas a 100 milhões de toneladas. Na próxima década, haverá um acréscimo de 70 milhões de toneladas. Com isso, o Brasil deverá ser o responsável pelo suprimento de aproximadamente 50% do mercado internacional de oito das principais *commodities*.

### Composição da matriz de transporte

País	Rodovia	Ferrovia	Hidrovia
Brasil	61%	33%	6%
Estados Unidos	16%	23%	61%
Argentina	82%	17%	2%

Fonte: MT

### Obras prioritárias

Pavimentação Rodovias	(i) BR 163; Guarantã (MT) e Santarém (PA); (ii) BR 158: Ribeirão Cascalheira (MT) à divisa com o Pará; (iii) BR 364; Diamantino (MT) e Campo Novo dos Parecis (MT); (iv) BR 251; BR 030 interligando as BR 158 e BR 163.
Construção de trechos de rodovias	BR 242: a partir de Sorriso (MT), interligando com a BR 158 e duplicação da BR 346 (Rondonópolis-Cuiabá).
Ferrovias	Norte-Sul (TO, GO, SP e PR); Ferronorte; Nova Transnordestina; Ferroeste; Oeste Leste; Ferrovia litorânea Santa Catarina (Imbituba-Araquari).
Hidrovias	Araguaia-Tocantins; Teles Pires-Tapajós; Tietê-Paraná; Rio Madeira; Rio Juruena (MT)-Tapajós.
Plataforma Multimodal	Marabá (PA) e a eclusa Boa Esperança (PI).
Portos Estratégicos	Vitória (ES); Santos (SP); Paranaguá (PR); Itaqui (MA); Vila do Conde (PA); São Francisco do Sul (SC); Itajaí (SC); Rio Grande (RS); Santarém (PA) e Rio Tocantins.
Cabotagem	Autorizar embarcações com bandeira estrangeira para a navegação.
Ações estratégicas	Dragagens, eclusas, derrocamento, sinalização e balizamento.

### Propostas de ação:

- Atração de capitais com a garantia de cumprimento dos contratos firmados, preparo do poder judiciário (solução de conflitos), e esforços conjuntos entre governo e iniciativa privada.
- Programa estratégico para o desenvolvimento do agronegócio, com a integração dos modais de transporte em função das demandas com o crescimento econômico.
- Capacidade técnica e executiva para as agências públicas administrarem os interesses dos concessionários e usuários.
- Previsão, em lei, de um regramento para instalações e operações de dutos destinados exclusivamente para transporte de biocombustíveis.

**Encaminhamento:** Ministério dos Transportes, Mapa, Setor Privado.

### PILAR 3: Comércio exterior

**Justificativa:** Com vocação para produzir excedente além do consumo interno, o agronegócio transforma o País em grande exportador de alimentos, fibras e agroenergia. Exportar significa desenvolver um programa eficaz de *marketing* dos produtos, com qualidade e agregação de valor, principalmente nos mercados mais exigentes, defesa dos legítimos interesses dos produtores e respeito científico às regras sanitárias e fitossanitárias.

Mesmo com a competitividade dos produtos brasileiros, muitos países impõem barreiras técnicas de comércio para barrar as importações e proteger seus mercados. Cabe ao governo brasileiro defender os interesses do agronegócio nacional, com estratégias para que sejam respeitados e concluídos os acordos, sejam de naturezas multilaterais – Organização Mundial do Comércio (OMC) e Conferência das Partes (COP) – ou bilaterais, de modo a fornecer ao setor privado regras claras e seguras.

### Propostas de ação:

- Desenvolver sistemas para avaliação de barreiras técnicas, com metodologia de certificação compatível à realidade brasileira (com aceitação



internacional): harmonização, equivalência, regionalização, indicadores de sustentabilidade, zoneamento ecológico-econômico, indicadores geográficos e de denominação de origem, dentre outros.

- Fortalecimento da Câmara de Comércio Exterior (Camex) como instância decisória para todas as questões relativas ao comércio exterior.
- Conclusão da Rodada de Doha e estímulo para acordos bilaterais de comércio.
- Conclusão das Negociações Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) e União Europeia.
- Revisão dos marcos normativos do Mercosul afetos ao agronegócio.
- Intensificar as ações de promoção internacional do agronegócio brasileiro.
- Exigir o cumprimento das decisões do órgão de solução de controvérsias da OMC, de forma a dar credibilidade ao organismo multilateral.
- Engajar pequenas e médias empresas do agronegócio no círculo virtuoso das exportações, via linhas de crédito específicas para esta finalidade.
- Ampliar a participação do Mapa nos diversos fóruns de comércio internacional.
- Assegurar acordos bilaterais ou multilaterais entre Estados ou blocos econômicos.

**Encaminhamento:** Mapa, Setor Privado, MDIC, Itamaraty.

#### **PILAR 4: Pesquisa, desenvolvimento e inovação**

**Justificativa:** A agricultura do presente e do futuro está baseada na ciência. O fator crítico para a produção sustentada é a incorporação de conhecimentos à produção. Um dos exemplos mais marcantes é a conquista dos cerrados brasileiros, com inovações que permitiram a incorporação de vastas áreas tidas como improdutivas à produção de grãos e carnes.

Maior produtividade da terra, da mão de obra e dos insumos depende fortemente da disponibilidade e da adoção de

tecnologia que seja poupadora de terra, elimine as queimadas e reduza o desmatamento, com aumento da disponibilidade de alimentos, fibras e biomassa para o mercado interno e externo.

Os desafios continuam. A ciência mundial evolui rapidamente. A biotecnologia e a nanotecnologia inovam os sistemas de produção e os produtos. A geração de conhecimentos no País e a incorporação de contribuições externas são o passaporte para o sucesso futuro.

Para manter mercados e concorrer com produtos, os competidores do agronegócio investem pesadamente em ciências agrárias. Os países com atrasos em tecnologia serão deslocados para terceiros mercados e sofrerão a concorrência pelo seu mercado interno. Por isso, os progressos técnicos realizados pelo Brasil nos últimos anos precisarão ser consolidados e ampliados.

Os principais desafios científicos e tecnológicos para o agronegócio brasileiro estão relacionados a:

- Garantir a sua competitividade e sustentabilidade;
- Atingir um novo patamar tecnológico competitivo em agroenergia e biocombustíveis (2ª geração);
- Prospectar a biodiversidade para o desenvolvimento de produtos diferenciados e com alto valor agregado;
- Intensificar o desenvolvimento de tecnologias para uso sustentável dos biomas e integração produtiva das regiões brasileiras;
- Estímulos para os programas de capacitação e treinamento de recursos humanos, a exemplo do “sistema S e do cooperativismo”, com envolvimento de especialistas;
- Programas de assistência técnica e extensão rural voltados para o pequeno e o médio produtor;
- Contribuir para o avanço da fronteira do conhecimento e incorporar tecnologias emergentes.

#### **Propostas de ação:**

- Suprir de recursos humanos qualificados e recursos financeiros as instituições de pesquisa em agrope-

cuária, como a Embrapa, as Organizações Estaduais de Pesquisa e as universidades e os centros de pesquisas privados.

- Investir não menos que 2% do valor da produção da agropecuária em pesquisa para o setor.
- Estabelecer linha de crédito para financiamento de ensino técnico e formação de especialistas.
- Apoiar e incentivar inovações tecnológicas para fortalecer as bases competitivas das empresas privadas nacionais, com estímulos à criação de novas cultivares e formas de produção.
- Priorizar as ações dos fundos setoriais de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação em ciências agrárias, etanol de celulose e eficiência energética.
- Zelar pela prática científica e do saber na administração das universidades, dos centros públicos de pesquisa e das agências para licenciar novas tecnologias.
- Fortalecer as pesquisas de suporte a sistemas sustentáveis de produção que sejam capazes de promover uma agricultura rentável, competitiva e de baixo carbono, como o SPDP e ILPS.
- Coordenação do banco brasileiro de germoplasma vegetal e de recursos genéticos animais para a alimentação e agricultura.
- Apoiar a inovação tecnológica em agroenergia, com destaque para o etanol celulósico (ou de segunda geração), e para a produção de biodiesel a partir de matérias-primas de elevada produtividade de óleo e sem prejuízos para a alimentação humana.
- Promover o desenvolvimento de cultivares capazes de manter ganhos continuados de produtividade, com aliança e eficiência no uso da água e de nutrientes, resistência a pragas e doenças e capacidade de adaptação às mudanças climáticas.
- Revisão da estrutura normativa aplicável à rotulagem de transgênicos e produtos derivados constantes do Decreto nº 4.680/2003.



- Valorizar o capital intelectual por meio de consórcios público-privados, sociedades de propósito específico, incentivos fiscais para parques tecnológicos.
- Incentivos à geração e aos registros de patentes.
- Favorecer a internacionalização das instituições de pesquisa agropecuária e agroindustrial, como forma de incorporar os novos conhecimentos gerados em centros de excelência no mundo.
- Apoiar ações de transferência de tecnologia para países pobres da América Latina e África, de modo a maximizar sinergias com o agronegócio brasileiro.

#### **PILAR 5: Defesa agropecuária**

**Justificativa:** A disseminação de doenças como a gripe aviária, a febre aftosa, a doença da vaca louca, a ferrugem da soja, dentre outras, por diversos continentes e países trouxe novas preocupações para os produtores rurais brasileiros. A pos-

sibilidade de pandemias se torna uma variável cada vez mais importante no comércio internacional. O poder público precisa investir na readequação de suas estruturas e na atualização de normativos para se prevenir a entrada de novas doenças e, no caso de incidência inevitável, dispor de planos emergenciais para sua erradicação.

Os programas de integração entre o governo e a iniciativa privada na sanidade animal e vegetal possibilitaram avanços importantes na erradicação das principais pragas e doenças agropecuárias, bem como no desenvolvimento e na produção de variedades e raças resistentes. Signatário do acordo de medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) na Organização Mundial do Comércio, o Brasil deve exigir transparência e rigor científico na regulamentação internacional referente ao controle de agroquímicos, hormônios e anabolizantes. Internamente, falta padronização nos critérios adotados pelo Mapa, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e pelo Instituto Brasileiro

do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Estima-se que o Brasil não tenha acesso a mercados de US\$ 20 bilhões anuais em exportações, devido a doenças existentes em sua agricultura que poderiam ser erradicadas ou controladas com eficiência. A implantação de sistemas eficientes, o controle e a fiscalização são prerrogativas do Estado.

As organizações privadas comprometem-se a apoiar as ações de governo nesta área, bem como nos temas relacionados à agilização dos registros de novas moléculas, incluindo as *Minor Crops* e ações para a facilitação do comércio, desburocratização dos procedimentos administrativos, informatização dos pontos de entrada e saída de mercadorias, desembaraço aduaneiro, modernização do Siscomex, entre outros.

#### **Propostas de Ação:**

- Consolidar os serviços de vigilância com sistemas de informação eletrônicos; equipes ágeis e bem treinadas de atendimento a focos; legislação em

- sintonia com os critérios técnicos internacionais; conscientização do produtor e controle de concentração de animais (exposições, rodeios e leilões).
- No caso da erradicação da febre aftosa, intensificar os trabalhos nos Estados das regiões Nordeste e Norte, enquanto que, para a Bolívia, o Paraguai e a Venezuela, se dê apoio técnico e financeiro em campanhas.
- Fortalecer as ações do Conselho Agropecuário do Sul (CAS).
- Finalizar a biossegurança no Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais (Lanagro/MG), com foco na febre aftosa e peste suína clássica. A rede de laboratórios deve contar com a participação privada.
- Alocar recursos para reequipar as estruturas laboratoriais do Mapa e recompor a equipe de profissionais responsáveis pela vigilância sanitária. Os investimentos devem contemplar a defesa agropecuária no âmbito federal, estadual e municipal, bem como nas fronteiras com os países vizinhos e nos portos e aeroportos brasileiros.
- Ampliar a ação de defesa fitossanitária, de forma a garantir barreiras fitossanitárias efetivas nas fronteiras e de prevenção contra os riscos de entrada de novas doenças no País.
- Padronizar os procedimentos no âmbito do Serviço de Inspeção Federal, Serviço de Inspeção Estadual e Serviço de Inspeção Municipal.
- Revisão do Decreto nº 4.074/2002, quanto à avaliação de risco toxicológico e ambiental e à prescrição do tratamento fitossanitário pelos engenheiros agrônomos e florestais.
- Harmonizar as regras de uso e alterações de componentes nas formulações e produtos de defesa vegetal, com incentivos para a produção e formulação nacionais e prioridade à análise e aprovação das inovações tecnológicas (ativos novos, melhorias das formulações de produtos registrados, adequações à agricultura nacional).

- Estabelecimento de mecanismos de certificação consistente de produtos com selos de sustentabilidade, valor às marcas, qualidade ao produto e benefícios ao consumidor e à competitividade do setor produtivo.

## PILAR 6: Institucionalidade do poder público

**Justificativa:** O agronegócio deve ser tratado como questão de Estado e não de governo. Atualmente, são pelo menos cinco os Ministérios com papéis relevantes em assuntos ligados diretamente ao agronegócio (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Pesca; Ministério do Meio Ambiente (florestas plantadas); e Ministério da Integração Nacional (recursos hídricos para irrigação)).

A pulverização de competências entre diferentes Ministérios e organizações públicas gera atritos, perda de eficiência operacional, aumento de gastos, e confunde o setor produtivo. Propicia também o desperdício e o desencontro de orientações na formulação de políticas e normas. É fundamental a racionalização na estrutura pública, com ganhos de sinergia, agilidade e eficiência: a unificação de esferas e gestão matricial traz melho-

rias na administração e na interlocução com os participantes do setor.

Além das questões organizacionais, marcos legais importantes não acompanharam a evolução do agronegócio e ficaram desatualizados, como nos casos do Código Florestal, Estatuto da Terra, Sistema Nacional de Crédito Rural, da Lei Agrícola e a Legislação Trabalhista no Campo.

Este quadro tem sérias implicações para a produção agrícola do País, pois provocará:

- a. Inviabilidade de amplas áreas consolidadas, durante séculos, de produção de alimentos e outras matérias-primas, (os europeus subsidiavam pesadamente para continuarem a produzir);
- b. Diminuição na produção de alimentos, redução da renda de pequenos produtores e aumento da pobreza rural, em muitos casos, transformando-se em pobreza absoluta;
- c. Abandono da agricultura, com a aceleração da migração rural-urbana, principalmente de pequenos produtores não qualificados, e aumento de favelas das cidades.

Há conscientização na sociedade de que os recursos naturais são finitos e necessitam de proteção. Os agricultores são

## Ministérios com funções relacionadas ao agronegócio

Ministério	Função
Planejamento	Orçamento
Fazenda	Liberação dos recursos
Banco Central	Taxa de juros
Justiça	Funai, SDE, Cade
Transporte	Agência Nacional de Transportes: Terrestres (ANTT); Aviação Civil (Anac); e Aquaviários (Antaq)
Desenvolvimento, Indústria e Comércio	Camex, Apex e Inmetro
Itamaraty	Acordos mundiais de comércio
Minas e energia	Petrobras, ANP e biocombustíveis
Meio Ambiente	Ibama e Florestas plantadas
Desenvolvimento agrário	Incra
Pesca e Aquicultura	
Integração Nacional	ANA (recursos hídricos para irrigação)
Mapa	
MDA	



os primeiros a assumirem essa responsabilidade em suas propriedades. A conservação do meio ambiente gera benefícios públicos para a sociedade como um todo, mas os seus custos correspondentes não podem ser debitados aos agricultores.

A aplicação das metas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio exige pesados investimentos, principalmente privados ao nível da propriedade rural. Nenhum pequeno produtor ou empresário rural investirá em ambiente de insegurança jurídica. A incerteza quanto à titularidade do imóvel e à sua efetiva proteção desestimula os investimentos necessários, como na nociva prática das invasões de terras, por movimentos ditos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Outra questão de insegurança jurídica diz respeito à ameaça contínua de expropriação de áreas consideráveis de produção agrícola sob o argumento de remanescentes comunidades quilombolas e de demarcação de reservas indígenas. A Constituição de 1988 delimitou o prazo de cinco anos para que se concluisse o processo demarcatório, e, passados vinte e dois anos, ainda persiste a ameaça de que propriedades venham a ser desapropriadas por esses motivos.

#### **Propostas de Ação:**

##### **Componente A:** Organizações do Agronegócio

- Administração pelo Mapa das políticas agroambientais, florestas plantadas e da água, de solo e minerais de uso pela agropecuária.
- As questões pertinentes à Reforma Agrária devem ficar subordinadas diretamente ao Ministério da Justiça.
- Fortalecer o Ministério com maior representatividade e com autoridade para definição das políticas públicas em áreas estratégicas ligadas a meio ambiente e orçamento – aquisição e equalização de preços agrícolas, da Embrapa, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), equalização das taxas de juros do crédito rural e subvenção ao prêmio do seguro rural.
- Ativar o Conselho Nacional de Política Agrícola para definir os rumos e o desenvolvimento de programas do agronegócio, com respeito às especificidades de cada cadeia produtiva e região.
- Unificar a política agrícola empresarial com a familiar, com melhores condições para os agricultores familiares crescerem e se desenvolverem. Amiúde, os agricultores familiares reprimem o seu potencial de crescimento propositalmente para que se mantenham sob a guarda da agricultura familiar.
- Criar um Programa para aumentar a produção nacional de fertilizantes e biocidas.
- Conceder ao Mapa o poder de deliberar sobre as políticas agroambientais, florestas plantadas, água, solo e nutrientes usados na agropecuária.
- Apoiar projetos integrados de desenvolvimento de cadeias produtivas, de acordo com as potencialidades e os recursos naturais de cada região, com estímulos ao espírito empreendedor e à formação de cooperativas, associações e condomínios.
- Estabelecer programas de apoio aos produtores, independentemente de seu porte, para melhorar as suas condições de vida no campo.
- Instituir o fórum permanente do setor privado para o Mapa, MDIC e Ministério das Relações Exteriores (MRE) discutirem as propostas de interesse do agronegócio brasileiro.
- Implementar medidas de apoio à educação, profissionalização, capacitação e ao acesso à tecnologia da informação para os diferentes elos da cadeia produtiva, especialmente ao produtor rural e a seus familiares.
- Definição das competências (municipal, estadual e federal) para licenciamento de plantios e retirar os plantios da classificação de atividade altamente poluidora.
- Definição clara da propriedade da terra, bem como regras claras para desapropriação e execução das or-

dens judiciais para reintegração de posse.

##### **Componente B:** Legislação Ambiental

- Alteração do Código Florestal com legalização definitiva das áreas de produção já consolidadas e estabelecimento de percentuais de preservação para áreas ainda não exploradas.
- Ampliar os poderes dos Estados para definição do Código Florestal com relação às realidades locais.
- Delimitação de Áreas de Proteção Permanente com base em avaliação científica criteriosa e específica.
- Constituição de fundo de compensação para pagamento dos serviços ambientais aos agricultores que conservem recursos naturais, como cursos de água, matas etc.
- Incentivar a formação de Reserva Ambiental Coletiva de forma a atender às áreas de relevante interesse ecológico apontadas pelo Estado, com o emprego usando das diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico.
- Estimular o desenvolvimento de novas metodologias que viabilizem o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).
- Implementar o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) com a concessão aos Estados e municípios da autonomia para o desenvolvimento de políticas de gestão das atividades para a sua região.

##### **Componente C:** Outras Áreas de Legislação

- Elaboração de legislação que permita a formalização dos produtores rurais com a transformação de pessoa física para jurídica.
- Regularizar a atividade dos produtores independentes (florestas).
- Proteção aos produtores rurais quanto a ameaças de desapropriação sob o argumento de terras indígenas ou de remanescentes quilombolas.
- Aprimorar a legislação trabalhista para o emprego no setor rural.

**Encaminhamento:** Mapa, Casa Civil, Congresso Nacional.

## Reforma do Código Florestal

## Substitutivo vai para a Câmara

A COMISSÃO Especial presidida pelo deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), criada para proceder a reforma do Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771/65) e a Lei de Proteção das Florestas Existentes em Nascentes dos Rios (7.754/89), aprovou no dia 6 de julho último, por 13 votos a favor e 5 contra, a versão final do substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei 1.876/99 e outras cinco propostas apensadas (PLs 4.520/04, 4.395/08, 5.020/09, 5.226/09 e 5.367/09).

O substitutivo segue agora para o Plenário da Câmara, com votação prevista

para novembro próximo, após as eleições de outubro.

Para ampliar a discussão, a comissão especial já realizou seis audiências públicas na Câmara, inclusive com os ministros do Meio Ambiente e da Agricultura. Fora da Câmara, foram realizadas mais de 60 audiências em 21 cidades de 16 Estados. A matéria deveria ter sido apreciada no último dia 15 de junho, mas a votação foi postergada para 21 de junho e depois remarcada para 28 de junho. Posteriormente, a data definitiva ficou para 6 de julho.

O texto aprovado pode regularizar a situação de 90% dos 5,2 milhões de pro-

dutores rurais brasileiros, que estariam atualmente na ilegalidade. Além disso, os estabelecimentos agropecuários empregam mais de 16,5 milhões de pessoas, quase 20% dos trabalhadores do Brasil.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 851 milhões de hectares do território brasileiro, 329,9 milhões de hectares são áreas para produção. Deste número, quando se subtraem 99 milhões de hectares de matas naturais e florestas e mais 12 milhões de áreas consideradas impróprias, sobram 219 milhões de hectares para a agropecuária. É um quarto do território nacional, índice bem abaixo de outras nações.

O objetivo básico do substitutivo é consolidar as áreas que já estão em uso na agricultura e proibir o desmatamento nos cinco anos posteriores à promulgação da lei. Uma saída para o problema complexo de realizar a necessária reforma do Código Florestal, de modo a atender às necessidades da produção de alimentos, fibras e biomassa, com a preservação do meio ambiente. Será impossível agradar a gregos e troianos. ■

## Principais mudanças em discussão

- **Moratória de cinco anos**

**Art. 47** – Pelo período de cinco anos contados da data de vigência desta Lei, não será permitida a supressão de florestas nativas para estabelecimento de atividades agro-pastoris, assegurada a manutenção das atividades agropecuárias existentes em áreas convertidas antes de 22 de julho de 2008 (nesta data entrou em vigor o decreto 6.514, que proíbe financiamentos por bancos estatais a proprietários acusados de extração ilegal de madeira).

- **Resgate do direito adquirido**

**Art. 49** – Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais que comprovarem a manutenção de vegetação nativa na área de reserva legal nos percentuais exigidos na forma da legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão ficam dispensados de recomposição.

- **Plano de Regularização Ambiental (PRA)**

Propriedades de até 4 (quatro) módulos fiscais estão isentas da obrigação de ter reserva legal. Áreas desmatadas antes de 22 de julho de 2008 são consideradas áreas consolidadas e não poderão ser penalizadas pelo prazo de cinco anos por falta de reserva legal (RL) e do uso de área de preservação permanente (APP).

Após os cinco anos, o Estado ou a União criarão as regras do PRA com base em estudos técnicos.

- **Reserva legal (RL)**

Deverão ser regularizadas no que exceder a quatro módulos nos seguintes percentuais:

**Amazônia Legal:** 80%, podendo ser reduzidos para 50%;

**Cerrado:** 35%;

**Demais regiões:** 20%, podendo ser am-

pliada em até 50% pelo PRA.

**Sugestão de modificação em plenário:**

Permitir o cômputo das APPs no cálculo do percentual de reserva legal.

- Se preservada ou em recuperação.
- Desde que não implique em desmatamento.
- O proprietário deverá promover o cadastro da propriedade no órgão ambiental.
- Instituir servidão florestal nas áreas que já possuem RL averbada e que pela soma das APPs ultrapassem o percentual previsto.

**Outros itens importantes para modificação:**

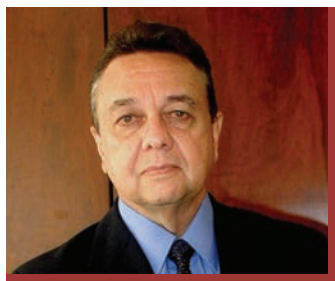
**Art.3º, VIII** – Definir olho d'água como afloramento intermitente e estabelecer um raio de 50m do olho d'água como APP.

**Art. 24.** Manter a validade dos termos de ajustamento de conduta já assinados.

**§9º** Manter a aplicação das penas de apreensão e embargo.

## Diário de bordo

# Democracia e poder



Roberto Rodrigues\*

EM RECENTE reunião acadêmica realizada em Copenhague, Dinamarca, para discutir as expectativas colocadas pela FAO e pela OCDE quanto ao futuro da agricultura global e do combate à fome, tive oportunidade de visitar o Conselho Dinamarquês de Agricultura e Alimentação.

Trata-se de uma poderosa organização que agrega todos os elos das cadeias produtivas daquele desenvolvido país. Lá estão os representantes dos insumos, os produtores rurais (incluindo aí as associações e as cooperativas), a indústria de transformação e os *traders* responsáveis pelo mercado interno e pelas exportações.

Portanto, é uma entidade que transcende as responsabilidades da defesa política do agronegócio dinamarquês – embora este seja um de seus principais papéis –, para assumir também funções comerciais bastante definidas, passando pela industrialização das matérias-primas – a indústria de alimentos –, que em grande parte é realizada pelas cooperativas.

Dessa forma, o poder político da organização é incrementado pelo vigoroso poder econômico dos seus membros, diretamente conectados ao mercado. Só em 2009, as exportações dos seus associados (que empregam 150 mil pessoas) chegaram à casa dos 15 bilhões de euros, o equivalente a 19 bilhões de dólares.

Em seu portfólio, o Conselho tem por objetivo “assegurar que o setor agroin-

dustrial represente uma força orientada para identificar soluções balanceadas entre a economia, a saúde, o meio ambiente e o bem-estar humano e animal”. E “assegurar que ele, o Conselho, seja reconhecido como um dos três mais informados e confiáveis organismos de negócios da Dinamarca”.

É uma missão ambiciosa e implica exercício de poder.

É bem verdade que a maior parte da força política do Conselho é determinada pelo poderoso movimento cooperativista do país: cooperativas muito grandes, entre as maiores da Europa, são responsáveis pela industrialização do leite, pela produção de rações e complementos minerais para animais e possuem os maiores frigoríficos europeus para carne suína e de aves, além de serem os maiores processadores de couros (peles de animais) do mundo.

Com tal poder, o Conselho realmente influi de forma incisiva na formulação de políticas públicas para o setor, seja no país, seja em Bruxelas, onde funcionam as instituições da União Europeia.

Perguntado há pouco tempo sobre como se sentia diante de interlocutor tão poderoso, o Ministro da Agricultura respondeu que é muito difícil negociar com o líder do Conselho, dada a importância do setor que representa, mas, por outro lado, é um conforto: uma vez discutido e resolvido um assunto com este interlocutor, não é preciso falar com mais ninguém, as decisões tomadas podem ser implementadas sem que haja questionamento.

Isso também é democracia: há poder, mas ele vem da representatividade legítima; os conflitos naturais que existem dentro das cadeias produtivas são resolvidos internamente e, uma vez assumida uma solução, cabe a um único negociador implementá-la junto aos órgãos do Estado. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

# Declínio da extensão rural



Cesário Ramalho\*

A EXTENSÃO rural no Brasil está sucateada. Dados do mais recente Censo Agropecuário do IBGE, que cobriu os anos de 1996 a 2006, mostram que a orientação técnica chega a apenas 22% dos estabelecimentos rurais do País.

O fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), no começo dos anos 90, desencadeou o processo de declínio da assistência técnica rural de caráter público. A Embrater, que tinha orçamento próprio similar ao da Embrapa, distribuía recursos para as unidades estaduais, batizadas de Emater. Calcula-se que, na época, 80% do orçamento de cada Emater tinham como origem o repasse federal.

Com o fim do órgão, somente os Estados que assumiram a conta conseguiram manter – arduamente, diga-se de passagem – o trabalho de extensão rural. São os casos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, e de São Paulo por meio da Cati. Convênios com municípios que têm como lastro econômico o agronegócio foram outra alternativa encontrada pelas Ematers, a fim de substituir a verba que era proveniente de Brasília.

O fato é que deixou-se de investir em algo básico e estratégico para a sustentabilidade do agro. Foi uma decisão míope, pautada apenas pela visão de cortar gastos.

Sem conhecimento técnico isento, o produtor ficou desatualizado, perdeu



competitividade e tornou-se refém de fontes de informação de interesse particular. Além disso, o fabuloso trabalho de pesquisa desenvolvido pela Embrapa – que sofre com um caixa enxutíssimo –, pelo IAC, Iapar, entre outros centros de excelência científica, tem seu benefício limitado. Se a novidade tecnológica não chega de maneira confiável ao produtor, por meio de uma boa extensão rural, o que vale o estudo científico?

Hoje, o profissional técnico mais próximo do produtor é o representante de vendas das empresas de insumos. Este cenário cria um conflito de interesses. O vendedor – legitimamente – quer vender o seu produto. Tem como objetivo bater a meta do mês. Entretanto, o modelo minimamente aceitável exige que o produtor tenha uma orientação técnica independente. E isso, somente a extensão rural administrada ou mediada pelo Estado pode oferecer.

Precisamos de políticas governamentais eficientes de estímulo à assistência técnica rural. A lei federal de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), promulgada no início do ano, é um primeiro passo, mas que vem esbarrando na burocracia estatal.

A verdade é que o histórico do serviço público no Brasil é ruim em todas as áreas. Uma alternativa, que tiraria a responsabilidade de gestor e executor do Estado, deixando-o no papel de financiador e fiscalizador, seria subsidiar o produtor para que ele contrate assistência técnica rural por conta própria. Uma prestação de serviço tradicional.

Para receber esse crédito, o produtor se comprometeria a cumprir, por exemplo, uma série de requisitos relacionados à gestão ambiental de sua propriedade. De certo modo, a Ater ensaia algo parecido. Mas a situação está muito distante do que pode ser chamada de satisfatória, e o produtor encontra-se desprotegido. Até o momento, não observamos este importante assunto na agenda dos candidatos. O próximo presidente da República vai precisar encarar a questão. ■

## Opinião

# Novo papel



João Sampaio\*

MUITAS VEZES, esquecemos que a agricultura, atividade econômica geradora de emprego, renda e saldos na balança comercial exportadora do País, é também a responsável pelo alimento que chega à mesa do brasileiro.

Falamos da “agriCULTURA”, ou da cultura de produtos agrícolas, ou ainda, da produção e do produtor. Carecemos de uma discussão mais aprofundada sobre o “agriCONSUMO”, ou o consumo de produtos agrícolas, que deve ser considerado o maior e melhor instrumento para a solução dos mais graves problemas de saúde pública: as Doenças Crônicas Não Transmissíveis, conhecidas como DCNTs, são os diabetes, a hipertensão, dislipidemia e outras doenças cardiovasculares.

Segundo dados do Ministério da Saúde, o Sistema Unificado de Saúde (SUS) destina quase 70% dos seus gastos para tratar de pessoas com DCNT. O valor é assombroso! Ainda mais se pensarmos que esses gastos terão sempre de ser ampliados. Sim, porque doença crônica não tem cura. Quanto mais investirmos para que os portadores resistam aos efeitos maléficos das doenças, mais tempo eles ficarão no sistema, e mais dinheiro deverá ser despendido.

Mas alguém há de perguntar: como estancar a crescente epidemia de DCNTs, que se alastra pelo Brasil e já é a *causa mortis* de quase 60% dos brasileiros?

A solução não é, de fato, tão complicada. Nada menos que 75% das DCNTs poderiam ser evitadas se controlássemos seus três principais fatores de risco: alimentação inadequada, sedentarismo e tabagismo.

Precisamos, urgentemente, orientarmos nossas políticas públicas para a promoção da saúde e a prevenção contra DCNTs. É inadiável uma discussão mais aprofundada sobre o novo papel social da agricultura e de suas Secretarias ou Ministério. Claro que temos de enxergar o setor agrícola como um fator de estabilidade social e gerador de renda, mas não dá mais para ignorar a relevância que ele tem, principalmente na saúde da população.

A pesquisa agropecuária deve dedicar-se ao desenvolvimento de novas variedades de frutas e hortaliças que sejam resistentes e ricas em seus micronutrientes naturais, nas novas técnicas de produção intensiva de alimentos. Inovar nas embalagens, em transporte e armazenamento. A assistência técnica focada no atendimento aos pequenos e médios produtores rurais, que são os responsáveis pela produção de todos os tipos de alimentos que chegam à nossa mesa, também colabora na construção de um novo patamar na produção de alimentos.

O poder público precisa investir fortemente, através de todos os canais possíveis de comunicação, numa campanha de reeducação alimentar para toda a população, que hoje se alimenta de acordo com o que ditam as campanhas publicitárias de alimentos e bebidas, nem sempre saudáveis.

Precisamos modernizar totalmente o nosso conceito de abastecimento de alimentos, fazer com que, diariamente, toda a população possa renovar, em seu corpo, seu estoque de micro e macronutrientes necessários para ter uma vida com muita saúde. Por fim, entendemos que, simbolicamente, o novo papel da agricultura é completar um dito popular, muito conhecido, para torná-lo uma bandeira em favor da consciência alimentar e do bem-estar da população: Esporte é saúde, e saúde é comer bem. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

\* Produtor rural e secretário de agricultura e abastecimento do Estado de São Paulo